

1 Contexto operacional

A Diagnósticos da América S.A. “Controladora” e em conjunto com suas controladas “Grupo DASA” ou “Companhia”, com sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto com o seu registro concedido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 5 de novembro de 2004, código de negociação DASA3, para negociação dos seus valores mobiliários no mercado de bolsa.

A Companhia através de suas próprias operações bem como também através de suas controladas, tem como objeto social a prestação de serviços:

- i. auxiliares de apoio diagnóstico a pacientes particulares ou empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar, outras modalidades de custeio da saúde, incluindo análises clínicas e vacinação, diretamente, ou em caráter suplementar, por intermédio de laboratórios contratados; bem como outros serviços auxiliares de apoio diagnóstico, exclusivamente por meio de empresas médicas especializadas, principalmente nas áreas de: (i) citologia e anatomia patológica; (ii) diagnóstico por imagem e métodos gráficos; (iii) medicina nuclear;
- ii. médicos ambulatoriais com abrangência para consultas médicas, procedimentos ambulatoriais, procedimentos ambulatoriais com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos e exames complementares e administração de medicamentos para pacientes particulares ou empresas conveniadas, companhias seguradoras, entidades de assistência médico-hospitalar ou outras modalidades de custeio da saúde.
- iii. Exploração de atividades relativas a: (i) realização de exames em alimentos e substâncias para fins de avaliar riscos ao ser humano; (ii) importação, para uso próprio, de equipamentos médico-hospitalares, conjuntos para diagnósticos e correlatos em geral; (iii) elaboração, edição, publicação e distribuição de jornais, livros, revistas, periódicos e outros veículos de comunicação escrita, destinados à divulgação científica ou das atividades compreendidas no âmbito de atuação da Companhia; (iv) outorga e administração de franquia empresarial, compreendendo fundo de propaganda e divulgação, treinamento e seleção de mão-de-obra, indicação de fornecedores de equipamentos e material de pesquisa, entre outros.

A Companhia também tem como objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

Considerando as semelhanças operacionais e de negócio entre a Controladora e suas controladas, que compõem o Grupo DASA, especificamente em relação a características econômicas, prestação de serviços e processos de produção, tipo de cliente, fornecedores e processo logístico, a Administração da Companhia define os “serviços auxiliares de apoio ao diagnóstico” como o único segmento operacional, para fins de análise e tomada de decisão por parte da administração, sobre as atividades operacionais da Companhia.

2 Aquisições de controladas

As informações sobre aquisições de controladas no exercício 2018, estão demonstradas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 2018.

Aquisições no exercício de 2019

- DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda.

A Companhia adquiriu em 01 de fevereiro de 2019, 75% do capital social de DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda., (“DB Genética”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A DB Genética tem como objetivo a pesquisa e desenvolvimento com foco em inovação, assim tornar os exames genéticos mais acessíveis à população, tanto do ponto de vista econômico, como a otimização de custos aliada a altos padrões de qualidade, quanto pela produção de conteúdos e resultados compreensíveis, que permitam o entendimento direto pelos próprios consumidores.

O valor inicial de aquisição da DB Genética registrado pela Companhia foi de R\$ 11.438, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 4.575 em 01 de fevereiro de 2019, data de aquisição; e (ii) quatro parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 1.716 em 03 de fevereiro de 2020, 2ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2021, 3ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2022 e a 4ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2023.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar nos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	1.219	Circulante	571
Caixa e equivalentes de caixa	288	Salários/Encargos a pagar	193
Outros créditos	931	Impostos a pagar	67
		Outras contas a pagar	311
Imobilizado	335	Patrimônio líquido	983
Total do ativo	1.554	Total do passivo e patrimônio líquido	1.554

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio de R\$ 7.631, sendo o preço de aquisição de R\$ 11.438, do patrimônio líquido de R\$ 983, ativos intangíveis identificados de R\$ 2.824.

- Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda.

A Companhia adquiriu em 22 de fevereiro de 2019, 100% do capital social de Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda. (“Dresch”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Dresch tem como objetivo a exploração de atividade clínica médica especializada em genética humana, atividade de complementação de diagnóstica e terapêutica.

O valor inicial de aquisição da Dresch registrado pela Companhia foi de R\$ 16.283, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 8.141 em 22 de fevereiro de 2019, data de aquisição; e (ii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 2.714 em 24 de fevereiro

de 2020, 2ª. parcela de R\$ 2.714 em 22 de fevereiro de 2021 e a 3ª. parcela de R\$ 2.714 em 22 de fevereiro de 2022.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	827	Circulante	942
Caixa e equivalentes de caixa	144	Salários/Encargos a pagar	311
Clientes	648	Impostos a pagar	407
Outros créditos	35	Outros créditos	224
Não circulante - Imobilizado	568	Patrimônio líquido	453
Total do ativo	1.395	Total do passivo e patrimônio líquido	1.395

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio de R\$ 11.262, sendo o preço de aquisição de R\$ 16.283, patrimônio líquido de R\$ 453 e ativos intangíveis identificados de R\$ 4.568.

- Laboratório de Análises Clínicas de Itu Ltda., Laboratório em Análises Clínicas Ltda. e Campos Medicina Diagnóstica Ltda.

A Companhia adquiriu em 09 de maio de 2019, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Laboratório de Análises Clínicas de Itu Ltda. (“Itulab”), sociedade com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo. A Itulab conta com diversos tipos de serviços como a coleta domiciliar e empresarial. Além das análises clínicas possui uma unidade especializada em diagnósticos por imagem; (ii) Laboratório em Análises Clínicas Ltda. (“Unibio”), sociedade com sede na cidade de Capivari, Estado de São Paulo. A Unibio conta com diversos tipos de serviços como a coleta domiciliar e empresarial; e (iii) Campos Medicina Diagnóstica Ltda. (“C.M.D.”), sociedade com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo. O C.M.D. está localizado dentro do Hospital São Camilo de Itu, atendendo pacientes do hospital na realização dos exames laboratoriais de urgência e emergência, além de atender pacientes do hospital, está à disposição de toda a população ituana para a realização de exames de análises clínicas.

O valor total das aquisições registrado pela Companhia foi de R\$ 10.190, correspondente das quotas do capital social da Itulab R\$ 5.289, Unibio R\$ 2.227 e C.M.D. R\$ 2.674, sendo: (i) o montante de R\$ 6.054 foi pago à vista; (ii) R\$ 4.136 será pago em três parcela iguais e anuais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será paga um ano após a data de aquisição e estão vinculada ao atingimento de determinadas condições de desempenho, as quais serão corrigidas pela variação de 100% do CDI, desde a data de assinatura de contrato até a data do seu efetivo pagamento. A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

ATIVO	ITULAB	UNIBIO	CMD	PASSIVO	ITULAB	UNIBIO	CMD
Circulante	450	2.308	856	Circulante	7.296	759	1.627
Caixa e equivalentes de caixa	116	23	38	Fornecedores	1.804	120	811
Clientes	330	275	-	Empréstimos e financiamentos	258	-	96
Outros créditos	4	2.010	818	Salários/Encargos a pagar	88	86	90
				Impostos a pagar	85	61	541
				Impostos parcelados	551	319	89
Não circulante	1.546	6	-	Outras contas a pagar	4.510	173	-
Imobilizado	1.546	6	-				
				Não circulante	10.813	-	-
				Impostos parcelados	74	-	-
				Provisão para Contingências	10.739	-	-
				Patrimônio líquido e			
				Patrimônio líquido (negativo)	(16.113)	1.555	(771)
Total do ativo	1.996	2.314	856	Total do passivo e patrimônio líquido	1.996	2.314	856

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio da seguinte forma:

	Itulab	Unibio (a)	CMD (a)
Preço de aquisição	5.289	2.227	2.674
Patrimônio líquido e Patrimônio líquido (negativo)	(16.113)	1.555	(771)
Ativos intangíveis identificados	<u>1.583</u>	<u>750</u>	<u>639</u>
Ágio reconhecido	<u>19.819</u>	<u>(78)</u>	<u>2.806</u>

(a) Empresas incorporadas conforme nota explicativa nº 3.

- Laboratório Chromatox Ltda.

A Companhia adquiriu em 04 de junho de 2019, 100% do capital social do Laboratório Chromatox Ltda. ("Chromatox"), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O foco da Chromatox é totalmente voltado ao exame toxicológico para o mercado de habilitação de motoristas (CNH), além dos exames toxicológicos admissionais e demissionais para concursos públicos ou particulares.

O valor inicial de aquisição da Chromatox registrado pela Companhia foi de R\$ 45.000, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 22.500 em 04 de junho de 2019, data de aquisição; e (ii) duas parcelas anuais corrigidas pela variação de 110% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 11.250 em 04 de junho de 2020 e a 2ª. parcela de R\$ 11.250 em 04 de junho de 2021.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	9.603	Circulante	2.075
Caixa e equivalentes de caixa	7.185	Salários/Encargos a pagar	853
Clientes	1.077	Impostos a pagar	178
Impostos a recuperar	192	Outros	1.890
Outros créditos	1.149		
Não circulante	4.503	Patrimônio líquido	11.185
Imobilizado	4.503		
Total do ativo	14.106	Total do passivo e patrimônio líquido	14.106

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio de R\$ 15.313, sendo o preço de aquisição de R\$ 45.000, Patrimônio Líquido de R\$ 11.185 e ativos intangíveis identificados de R\$ 18.502.

- Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A.

A Companhia adquiriu em 10 de julho de 2019, 100% do capital social da Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A. (“Maipú”), sociedade com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina. A Maipú tem como objetivo a realização de serviços auxiliares de apoio diagnósticos nas áreas de diagnóstico por imagem, anatomia patológica, medicina nuclear e análises clínicas.

O valor inicial de aquisição da Maipú registrado pela Companhia foi de R\$ 441.055 (equivalente a US\$ 117.000 mil), que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 225.842 (equivalente a US\$ 59.794 mil) em 10 de julho de 2019, data de aquisição; (ii) duas parcelas anuais sendo 1ª. parcela de R\$ 40.170 (equivalente a US\$ 9.966 mil em 31 de dezembro de 2019) com data de vencimento em 10 de julho de 2020 e 2ª. parcela de R\$ 40.170 (equivalente a US\$ 9.966 mil em 31 de dezembro de 2019) com data de vencimento em 10 de julho de 2021, sendo que as parcelas poderão ser ajustadas de acordo com a variação da dívida líquida; e (iii) parcela diferida de R\$ 150.244 (equivalente a US\$ 37.275 mil em 31 de dezembro de 2019) vinculada ao atingimento de determinadas condições de desempenho ao qual, por meio das projeções de resultados, a Companhia entende que serão atingidas.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Valores em reais

Ativo		Passivo	
Circulante	59.993	Circulante	44.747
Clientes	41.827	Fornecedores	16.263
Impostos a recuperar	3.414	Empréstimos e financiamentos	10.137
Outros créditos	14.752	Salários/Encargos a pagar	9.938
		Imposto de renda e contribuição social	4.507
		Impostos a pagar	1.432
		Outras contas a pagar	2.470
Não circulante	82.168	Não circulante	289
Realizável a longo prazo:		Empréstimos e financiamentos	246
Depósitos judiciais	72	Provisão para contingências	43
Imobilizado	81.469		
Intangível	627		
		Patrimônio líquido	97.125
Total do ativo	142.161	Total do passivo e patrimônio líquido	142.161

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio de R\$ 146.444, sendo o preço de aquisição de R\$ 441.055, Patrimônio Líquido de R\$ 97.125 e ativos intangíveis identificados de R\$ 197.486.

- CPCLIN – Centro de Pesquisa Clinicas Ltda.

A Companhia adquiriu em 26 de agosto de 2019, 80% do capital social da CPCLIN – Centro de Pesquisa Clinicas Ltda. (“CPCLIN”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A CPCLIN é um centro de pesquisa clínica privado com o maior número de projeto do país.

O valor inicial de aquisição da CPCLIN registrado pela Companhia foi de R\$ 6.640, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 3.320 em 26 de agosto de 2019, data de aquisição e (ii) parcela de R\$ 3.320 que será corrigida pela variação de 100% do CDI desde a data do contrato até a data do pagamento, em 26 de agosto de 2020.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	704	Circulante	191
Caixa e equivalentes de caixa	403	Salários/Encargos a pagar	106
Clientes	277	Imposto de renda e contribuição social	72
Impostos a recuperar	24	Impostos a pagar	13
Não circulante	321		
Imobilizado	321	Patrimônio líquido	834
Total do ativo	1.025	Total do passivo e patrimônio líquido	1.025

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado o ágio prévio de R\$ 2.326, sendo o preço de aquisição de R\$ 6.640 e 80% do Patrimônio Líquido R\$ 667 e ativos intangíveis identificados de R\$ 3.647.

- Genia – Genética Molecular Ltda., Nobeloy S.A., Optiren S.A., e Genia S.A.

A Companhia adquiriu em 18 de dezembro de 2019, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Genia – Genética Molecular Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul; (ii) Nobeloy S.A., com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai; (iii) Optiren S.A., com sedena cidade de Montevidéu, Uruguai e (iv) Genia S.A., com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina.

O valor total das aquisições registradas pela Companhia foi de R\$ 34.525 (equivalente a US\$ 8.508 mil), correspondente a totalidade das quotas e ações do capital social das sociedades com a seguinte distribuição: Genia – Genética Molecular Ltda. R\$ 8.485 (equivalente a US\$ 2.091 mil), Nobeloy S.A. R\$ 14.852 (equivalente a US\$ 3.660 mil), Optiren S.A. R\$ 430 (equivalente a US\$ 106 mil) e Genia S.A. R\$ 10.758 (equivalente a US\$ 2.651 mil). Sendo que Genia – Genética Molecular Ltda. foi pago 100% à vista na data do fechamento do contrato, e as demais sociedades da seguinte forma: 45% à vista, na data do fechamento do contrato, 25% no dia 18 de dezembro de 2020, 15% no dia 18 de dezembro de 2021, 7,5% no dia 18 de dezembro de 2022 e 7,5% no dia 28 de dezembro de 2023.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

ATIVO	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.	PASSIVO	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.
Circulante	1.345	4.001	2660	1.626	Circulante	941	4.598	3.255	1.269
Caixa e equivalentes de caixa	852	29	106	370	Fornecedores	60	1.842	1.730	1.175
Clientes	404	2.451	1.344	936	Salários/Encargos a pagar	122	138	128	29
Estoques	-	673	1.097	165	Impostos a pagar	268	1.087	238	61
Impostos a recuperar	17	840	-	155	Outras contas a pagar	491	1.531	1.159	4
Outros créditos	72	8	113	-					
Não circulante	106	1.136	85	68	Patrimônio líquido	510	539	(510)	425
Outros créditos	-	41	2	-					
Investimentos	-	-	-	-					
Imobilizado	100	644	83	639					
Intangível	6	451	-	(571)					
			-						
Total do ativo	1.451	5.137	2.745	1.694	Total do passivo e patrimônio líquido	1.451	5.137	2.745	1.694

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio da seguinte forma:

	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.
Preço de aquisição	8.485	14.852	430	10.758
Patrimônio líquido	<u>510</u>	<u>539</u>	<u>(510)</u>	<u>425</u>
	7.975	14.313	940	10.333

- Laboratório Bioclínico MS Ltda.

A Companhia adquiriu em 26 de dezembro de 2019, 80% do capital social do Laboratório Bioclínico MS Ltda., sociedade com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul.

O valor inicial de aquisição da Bioclínico registrado pela Companhia foi de R\$ 40.991, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 24.596 em 26 de dezembro de 2019, data de aquisição e (ii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2020; 2ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2021 e a 3ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2022.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	4.908	Circulante	1.637
Caixa e equivalentes de caixa	3.519	Fornecedor	818
Clientes	1.166	Salários/Encargos a pagar	269
Impostos a recuperar	43	Imposto de renda e contribuição social	294
Outros créditos	180	Outras	256
Não circulante	2.145	Patrimônio líquido	5.416
Investimentos	110		
Imobilizado	1.988		
Intangível	47		
Total do ativo	7.053	Total do passivo e patrimônio líquido	7.053

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado o ágio prévio de R\$ 36.658, sendo o preço de aquisição de R\$ 40.991, e 80% do Patrimônio Líquido de R\$ 4.333.

3 Reestruturação societária - Incorporação de controladas

A Companhia efetuou incorporações das seguintes controladas durante o exercício de 2019, onde os saldos de balanços das controladas incorporadas foram contabilizados juntamente com os números da controladora.

MOB - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de abril de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 14 de março de 2019 entre as administrações da Companhia e da sociedade incorporada MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda., sendo extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de abril de 2019 com base nos saldos de 31 de março de 2019, cujo acervo líquido era de R\$ 11.672.

Chromosome - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de outubro de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de setembro de 2019 entre as administrações da Companhia e da sociedade incorporada Chromosome Genética Serviços Laboratoriais Ltda., sendo extinta e sucedida pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de outubro de 2019 com base nos saldos de 30 de setembro de 2019, cujo o acervo líquido era de R\$ 1.629.

CMD e UNIBIO - Em assembleia geral extraordinária realizada em 02 de dezembro de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 14 de novembro de 2019 entre as administrações da Companhia e das sociedades incorporadas C.M.D. – Campos Medicina Diagnóstica Ltda. e UNIBIO – Laboratório em Análises Clínicas Ltda., sendo extintas e sucedidas pela Companhia, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 02 de dezembro de 2019 com base nos saldos de 30 de novembro de 2019, cujo o acervo líquido negativo da CMD era de R\$ 722 e acervo líquido da UNIBIO era de R\$ 1.900.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

- (a) As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2020.

- (b) Continuidade operacional: A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Grupo DASA.

4.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 12 - investimentos: determinação se a controladora e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 17 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 - aquisição de controlada (combinação de negócios): valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa nº 9 – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 14 – revisão da vida útil dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio.
- Nota explicativa nº 17 – determinação da taxa de desconto sobre arrendamento;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 28 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 29 – premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira e alta administração do Grupo DASA.

Caso informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos termos do pronunciamento técnico CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo DASA utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme demonstrada na nota explicativa nº 29 Instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo; e
- Os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas notas explicativas a seguir.

a. Base de consolidação

(i) **Combinações de negócios**

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo,

assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Controladas*

A Companhia controla uma empresa quando está exposto ou tem direito sobre os retornos variáveis, advindos de seu envolvimento com a empresa e tem a influência significativa de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

(iii) *Participação de acionistas não-controladores*

A Companhia definiu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) *Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(vi) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldo e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. *Moeda estrangeira*

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

(ii) *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para as controladas cuja a economia é considerada hiperinflacionária, é o caso da Maipú e Genia S.A. na Argentina, é utilizada a taxa de fechamento de câmbio na data do balanço na conversão para a moeda de apresentação do balanço e do resultado. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c. *Receita operacional*

(i) *Receitas de serviços*

As receitas operacionais correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a Companhia e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas.

A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização da análise clínica, iniciada com a coleta do material para posterior emissão do laudo diagnóstico, que fica disponível ao usuário clínico por meio do site ou para retirada em uma das unidades de atendimento.

d. Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver, mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão

considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

h. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos,

passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados e amortização reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem o contas a receber de clientes e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de

um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) *Passivos financeiros não derivativos – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

j. *Segregação entre circulante e não circulante*

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das informações financeiras.

k. *Benefícios a empregados*

(i) *Benefícios de curto prazo a empregados*

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) *Acordos de pagamento baseado em ações*

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

I. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, quando aplicáveis, são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

m. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais

são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, o Grupo DASA classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros em contrapartida do imobilizado. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento como despesas de alugueis.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) *Como arrendatário*

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas usam sua taxa de empréstimo incremental nominal como taxa de desconto.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar alguns expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, em particular: (i) não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor; e (ii) arrendamentos de curto prazo, incluindo impressoras, empilhadeiras, máquinas de café, veículos e outros equipamentos. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) *Como arrendador*

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

(iii) Impactos nas demonstrações financeiras

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, conforme nota explicativa nº 17, a Companhia e suas controladas reconheceram em 1º de janeiro de 2019 ativo de direito de uso no valor de R\$ 1.014.529, na controladora, e R\$ 1.021.626, no consolidado, e passivos de arrendamento respectivamente nos mesmos montantes. Os contratos de arrendamento referentes a itens de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza.

p. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

6 Novos pronunciamentos contábeis

6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – arrendamento

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa nº 5.p

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação de norma foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – *Income Taxes*) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas

alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

6.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

As seguintes normas alteradas e interpretações serão alteradas e efetivas nos próximos exercícios, no entanto não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e (iii) IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos	16.760	16.884	27.119	25.793
Aplicações financeiras (a)	<u>396.309</u>	<u>220.317</u>	<u>540.690</u>	<u>518.976</u>
	<u>413.069</u>	<u>237.201</u>	<u>567.809</u>	<u>544.769</u>

- (a) Aplicações realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média de 99,49% a.m. (105,25% a.m. em 2018) da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não há penalidade em rentabilidade no caso de resgates.

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

8 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Fundo de investimento renda fixa – não exclusivo (i)	73.740	535.711	73.740	535.711
Operação compromissada (ii)	<u>220.115</u>	<u>-</u>	<u>236.221</u>	<u>681</u>
	<u>293.855</u>	<u>535.711</u>	<u>309.961</u>	<u>536.392</u>
Ativo circulante	<u>293.855</u>	<u>535.711</u>	<u>309.831</u>	<u>536.392</u>
Ativo não circulante	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>130</u>	<u>-</u>

As aplicações financeiras são remuneradas em percentual da taxa de juros do CDI sendo: (i) Fundo de investimento a taxa de 102,32% (113,46% em 2018) e (ii) Operação compromissada a taxa de 100,75% (132,52% em 2018).

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Contas a receber de clientes:				
Nacionais	846.522	717.729	1.052.974	883.190
Internacionais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>41.822</u>	<u>-</u>
	<u>846.522</u>	<u>717.729</u>	<u>1.094.796</u>	<u>883.190</u>
Composição do Contas a receber de clientes:				
A vencer	435.792	348.812	567.347	415.244
Vencidos (b)	285.975	222.807	370.583	293.637
Partes relacionadas a vencer	2.261	2.293	-	-
Partes relacionadas vencidos (b)	1.017	1.027	-	-
Cheques devolvidos	937	914	958	935
Convênios a faturar (a)	<u>120.540</u>	<u>141.876</u>	<u>155.908</u>	<u>173.374</u>
Total Contas a receber de clientes	<u>846.522</u>	<u>717.729</u>	<u>1.094.796</u>	<u>883.190</u>
Menos:				
Provisões para créditos de liquidação duvidosa inadimplência, por glosa e cheques devolvidos	<u>(67.065)</u>	<u>(66.574)</u>	<u>(103.844)</u>	<u>(94.446)</u>
Total Contas a receber de clientes, líquido	<u>779.457</u>	<u>651.155</u>	<u>990.952</u>	<u>788.744</u>
Ativo circulante	<u>772.298</u>	<u>642.720</u>	<u>983.793</u>	<u>780.309</u>
Ativo não circulante	<u>7.159</u>	<u>8.435</u>	<u>7.159</u>	<u>8.435</u>

(a) A rubrica de convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do exercício.

(b) Resumo das duplicatas vencidas (duplicatas a receber e partes relacionadas):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
até 120	168.268	118.513	226.286	162.688
121 a 180	17.594	24.029	25.338	26.636
181 a 360	45.430	44.746	52.739	51.879
acima de 360	<u>55.700</u>	<u>36.546</u>	<u>66.220</u>	<u>52.434</u>
	<u>286.992</u>	<u>223.834</u>	<u>370.583</u>	<u>293.637</u>

Na adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 - Receita de contratos com clientes, no ano de 2018, a Companhia desenvolveu uma metodologia para atribuição de notas (*ratings*) a seus clientes, foram analisados os históricos de recebimento, que para o qual divide-se em dois grupos: *rating* A e B, respectivamente: *rating* A – clientes considerados como baixo risco de inadimplência, suportados por históricos de recebimentos, e *rating* B – os quais a Companhia analisa o histórico de recebimentos, considera metodologia e percentuais diferentes de provisionamento, e analisa saldos vencidos por categoria.

Movimentação no exercício das provisões para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosa e cheques devolvidos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(80.120)</u>	<u>(124.559)</u>
Variação da provisão:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(468.149)	(572.190)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	-	(429)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes (Provisão) para cheques devolvidos	<u>481.762</u> <u>(67)</u>	<u>602.812</u> <u>(80)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(66.574)</u>	<u>(94.446)</u>
Variação da provisão:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(109.028)	(234.110)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	-	(12.673)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	108.560	237.408
Provisão para cheques devolvidos	<u>(23)</u>	<u>(23)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(67.065)</u>	<u>(103.844)</u>

10 Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Material direto nacional	43.483	37.369	58.081	47.039
Material direto importado	3.385	3.782	3.963	4.136
Material secundário nacional	22.843	19.704	28.354	22.496
Material de consumo	<u>11.936</u>	<u>10.070</u>	<u>14.240</u>	<u>11.419</u>
	<u>81.647</u>	<u>70.925</u>	<u>104.638</u>	<u>85.090</u>

Provisão para perda e obsolescência - De forma a refletir a melhor estimativa de perda da Companhia em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no montante de R\$ 5.647 (R\$4.962 em 31 de dezembro de 2018), para itens sem movimento há mais de 180 dias. Os saldos acima estão demonstrados líquidos do valor de provisão individualmente para cada categoria de estoque.

11 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
IRPJ/CSLL – crédito a recuperar sobre saldo negativo	99.857	166.024	146.372	198.799
PIS/COFINS/CSLL - retenções na fonte sobre faturamento	2.318	2.035	5.564	6.316
INSS a recuperar	8.837	6.394	47.864	44.550
Outros	<u>13.327</u>	<u>11.809</u>	<u>26.650</u>	<u>16.423</u>
	<u>124.339</u>	<u>186.262</u>	<u>226.450</u>	<u>266.088</u>

12 Investimentos

12.1 Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
DASA Real Estate Empreendimentos Imobiliários Ltda.	22.764	21.714	-	-
CientíficaLab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda.	130.458	90.522	-	-
Previlab - Análises Clínicas Ltda.	42.594	36.845	-	-
Clínica de Ressonância e Multi Imagem Petrópolis Ltda.	2.773	2.880	-	-
Antônio P. Gaspar Laboratórios Ltda.	29.390	16.869	-	-
Salomão e Zoppi Serviços Médicos e Participações S.A.	155.592	374.063	-	-
MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (d)	-	9.955	-	-
Laboratório Deliberato de Análises Clínicas Ltda. (c)	8.445	4.216	-	-
Insitus Serviços Médicos e Laboratoriais Ltda. (c)	1.847	1.246	-	-
Valeclin Laboratório de Análises Clínicas Ltda. (c)	10.624	1.211	-	-
Maringá Medicina Nuclear Ltda. (c)	3.611	5.269	-	-
Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia São Camilo Ltda. (c)	424	666	-	-
DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda. (b) (f)	1.302	-	-	-
Laboratório Chromatox Ltda. (b)	11.752	-	-	-
Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A. (b)	88.416	-	-	-
CPCLIN – Centro de Pesquisas Clínicas Ltda. (b)	995	-	-	-
Genia – Genética Molecular Ltda. (b)*	510	-	-	-
Genia S.A. (b)	425	-	-	-
Nobeloy S.A. (b)	539	-	-	-
Laboratório Bioclínico MS Ltda. (b)	<u>4.333</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de investimentos em empresas controladas	516.794	565.456	-	-
Outros investimentos	306	395	5.570	3.980
Ágio na aquisição de participações	978.656	769.481	-	-
Ativo intangível identificado na aquisição de participações	568.386	295.105	-	-
Efeito na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior	<u>(84.018)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Ágio, intangível identificado na aquisição de participações e outros investimentos	<u>1.463.330</u>	<u>1.064.981</u>	<u>5.570</u>	<u>3.980</u>
Total geral	<u>1.980.124</u>	<u>1.630.437</u>	<u>5.570</u>	<u>3.980</u>

12.2 Informações sobre a participação em controladas diretas:

	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo) proporcional a quantidade de ações possuídas	Resultado do exercício
Em 31 de dezembro 2019				
DASA Real Estate	99,99	25.667	22.764	1.050
CientíficaLab	99,99	125.177	130.458	39.936
Previlab	99,56	29.613	42.594	6.873
CRMI Petrópolis	70,00	1.080	2.773	1.194
Laboratório Gaspar	99,99	4.318	29.390	12.521
Salomão e Zoppi	100,00	139.092	155.592	48.003
Laboratório Santa Luzia (a)	50,01	467	(11.676)	4.768
MOB Laboratório de Análises Clínicas	99,99	-	-	1.717
Laboratório Deliberato (c)	99,99	6.800	8.445	4.229
Insitus (c)	99,99	1.842	1.847	601
Padrão Ribeirão (c)	90,00	51	(1.166)	(989)
Valeclin (c)	100,00	1.100	10.624	11.112
Ruggeri (c)	99,99	4.961	(10.834)	(77)
Maringá (c)	99,99	9.600	3.611	524
São Camilo (c)	99,99	872	424	(100)
Aliança (c)	99,99	162	(678)	(423)
DB Genética (b)	75,00	10	1.302	584
Chromosome - antiga Dresch (b) (f)	100,00	-	-	1.176
Itulab (b)	99,99	153	(13.561)	1.552
Unibio (b)	99,99	-	-	45
CMD (b)	99,99	-	-	193
Chromatox (b)	100,00	266	11.752	(1.933)
Maipú (b)	100,00	1.719	88.416	10.062
CPCLIN (b)	80,00	1	995	328
Genia – Genética moléculas (b)	100,00	250	510	-
Genia (b)	100,00	2.400	425	-
Nobeloy (b)	100,00	-	539	-
Optiren (b)	100,00	506	(3.461)	-
Bioclinico MS (b)	80,00	5	4.333	-

	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo) proporcional a quantidade de ações possuídas	Resultado do exercício
Em 31 de dezembro de 2018				
DASA Real Estate	99,99	25.667	21.714	865
CientíficaLab	99,99	125.177	90.522	18.555
CERPE	99	-	-	13.663
Previlab	99,65	29.613	36.845	4.733
CRMI Petrópolis	70	1.080	2.880	1.301
Laboratório Gaspar	99,99	4.318	16.869	12.397
Laboratório Gilson Cidrim	99,98	-	-	6.733
Laborat. Oswaldo Cruz	-	-	-	250
Biomed	-	-	-	14
Sawaya	-	-	-	-
Leme	100	-	-	4.554
Vital Brasil	-	-	-	(886)
Salomão e Zoppi	100	389.092	374.063	34.642
Laboratório Santa Luzia	50,01	467	(16.444)	307
MOB Laboratório de Análises Clínicas	99,99	4.900	9.955	5.054
Laboratório Deliberato	99,99	6.800	4.216	2.177
Cromo V	100	-	-	(6.967)
Insitus	99,99	1.842	1.246	407

12.3 Movimentações dos investimentos / Provisão para perda em controlada

	Saldo em 31/12/18	Redução de capital de controladas (e)	Aquisição de controladas	Alteração no patrimônio de aquisição de controladas	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste de avaliação patrimonial (g)	Incorporação de controladas	Dividendos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/19
Investimentos:										
DASA Real Estate	21.714	-	-	-	-	-	-	-	1.050	22.764
CientificaLab	90.522	-	-	-	-	-	-	-	39.936	130.458
Previlab	36.845	-	-	-	-	-	-	(1.124)	6.873	42.594
CRMI Petrópolis	2.880	-	-	-	-	-	-	(1.301)	1.194	2.773
Gaspar	16.869	-	-	-	-	-	-	-	12.521	29.390
Salomão e Zoppi	374.063	(250.000)	-	-	-	-	-	(16.474)	48.003	155.592
MOB (d)	9.955	-	-	-	-	-	(11.672)	-	1.717	-
Deliberato (c)	4.216	-	-	-	-	-	-	-	4.229	8.445
Insitus (c)	1.246	-	-	-	-	-	-	-	601	1.847
Padrão Ribeirão (c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valeclin (c)	1.211	-	-	(1.699)	-	-	-	-	11.112	10.624
Maringá (c)	5.269	-	-	(2.182)	-	-	-	-	524	3.611
São Camilo (c)	666	-	-	(142)	-	-	-	-	(100)	424
DB Genética (b)	-	-	983	-	-	-	-	(265)	584	1.302
Chromosome – antiga Dresch (b) (d) (f)	-	-	453	-	-	-	(1.629)	-	1.176	-
Unibio (b) (d)	-	-	1.555	-	300	-	(1.900)	-	45	-
Chromatox (b)	-	-	11.185	-	2.500	-	-	-	(1.933)	11.752
Maipú (b)	-	-	97.125	-	-	(18.771)	-	-	10.062	88.416
CPCLIN (b)	-	-	667	-	-	-	-	-	328	995
Genia – GM (b)	-	-	510	-	-	-	-	-	-	510
Genia (b)	-	-	425	-	-	-	-	-	-	425
Nobeloy (b)	-	-	539	-	-	-	-	-	-	539
Bioclínico MS (b)	-	-	4.333	-	-	-	-	-	-	4.333
	<u>565.456</u>	<u>(250.000)</u>	<u>117.775</u>	<u>(4.023)</u>	<u>2.800</u>	<u>(18.771)</u>	<u>(15.201)</u>	<u>(19.164)</u>	<u>137.922</u>	<u>516.794</u>
Provisão para perda em controladas:										
Santa Luzia (a)	(16.444)	-	-	-	-	-	-	-	4.768	(11.676)
Padrão Ribeirão (c)	(155)	-	-	(22)	-	-	-	-	(989)	(1.166)
Ruggeri (c)	(6.982)	-	-	(3.775)	-	-	-	-	(77)	(10.834)
Aliança (c)	(205)	-	-	(50)	-	-	-	-	(423)	(678)
Itulab (b)	-	-	(16.113)	-	1.000	-	-	-	1.552	(13.561)
CMD (b) (d)	-	-	(771)	-	1.300	-	(722)	-	193	-
Optiren (b)	-	-	(510)	-	-	-	-	-	-	(510)
	<u>(23.786)</u>	<u>-</u>	<u>(17.394)</u>	<u>(3.847)</u>	<u>2.300</u>	<u>-</u>	<u>(722)</u>	<u>-</u>	<u>5.024</u>	<u>(38.425)</u>

- (a) A Companhia participa indiretamente com 50,01% do Laboratório de Pesquisas Clínicas e Bromatológicas Ltda., por meio de sua controlada direta Laboratório Santa Luzia.
- (b) Empresa adquirida pela Companhia no exercício de 2019. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Empresa adquirida pela Companhia no exercício de 2018.
- (d) Empresas controladas incorporadas pela companhia: MOB em 01 de abril de 2019; Chromosome – antiga Dresch em 01 de outubro de 2019; e UNIBIO e CMD em 02 de dezembro de 2019. Vide detalhes na nota explicativa nº 3.
- (e) Redução do capital em 24/07/2019 por decisão estratégica da Administração da Companhia.
- (f) Em 12 de junho de 2019 foi alterada razão social da controlada Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda. para Chromosome Genética Serviços Laboratoriais Ltda.
- (g) Efeito na conversão de demonstrações financeiras de controladas do exterior e aplicação do CPC42 / IAS29 – Hiperinflação.

	Saldo em 31/12/17	Integralização de capital	Incorporação de controladas	Aquisição de controladas	Alteração no patrimônio de aquisição de controladas / Dissolução e venda de (d)	Dividendos propostos	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/18
DASA Real Estate	20.849	-	-	-	-	-	865	21.714
CientificaLab	71.967	-	-	-	-	-	18.555	90.522
CERPE (b)	42.468	-	(51.272)	-	-	(4.859)	13.663	-
Previlab	33.139	-	-	-	-	(1.027)	4.733	36.845
CRMI Petrópolis	2.516	-	-	-	-	(937)	1.301	2.880
Gaspar	21.088	-	-	-	-	(16.616)	12.397	16.869
Oswaldo Cruz (b)	6.017	-	(6.267)	-	-	-	250	-
Biomed (b)	192	-	(206)	-	-	-	14	-
Sawaya (d)	239	-	-	-	(239)	-	-	-
Leme (b)	2.592	-	(7.146)	-	-	-	4.554	-
Vital Brasil (b)	2.837	-	(1.952)	-	-	-	(886)	-
Salomão e Zoppi	141.115	200.000	-	-	(1.694)	-	34.642	374.063
MOB	5.051	-	-	-	(150)	-	5.054	9.955
Deliberato (c)	-	6.000	-	(3.962)	-	-	2.177	4.216
Cromo V (c) (e)	-	10.000	-	3.880	(6.914)	-	(6.967)	-
Insitus (c)	-	1.150	-	(313)	-	-	407	1.246
Valeclin (c)	-	-	-	1.233	-	-	(22)	1.211
Maringá (c)	-	-	-	5.269	-	-	-	5.269
São Camilo (c)	-	-	-	666	-	-	-	666
	<u>350.070</u>	<u>217.150</u>	<u>(66.842)</u>	<u>6.777</u>	<u>(8.997)</u>	<u>(23.439)</u>	<u>90.737</u>	<u>565.456</u>
Provisão para perda em controladas:								
Gilson Cidrim (b)	(1.593)	-	(5.140)	-	-	-	6.733	-
Santa Luzia (a)	(16.667)	-	-	-	(84)	-	307	(16.444)
Padrão Ribeirão (c)	-	-	-	(728)	-	-	573	(155)
Ruggeri (c)	-	-	-	(6.982)	-	-	-	(6.982)
Aliança (c)	-	-	-	(205)	-	-	-	(205)
	<u>(18.260)</u>	<u>-</u>	<u>(5.140)</u>	<u>(7.915)</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>7.613</u>	<u>(23.786)</u>

- (a) A Companhia participa indiretamente com 50,01% do Laboratório de Pesquisas Clínicas e Bromatológicas Ltda., por meio de sua controlada direta Laboratório Santa Luzia.
- (b) Incorporação de sociedades controladas
- (c) Empresa adquirida pela Companhia no exercício de 2018.
- (d) Em 25 de julho de 2018 foi aprovada a dissolução da sociedade Sawaya.
- (e) Venda de operação descontinuada. Balanço patrimonial em 16 de novembro de 2018, data da efetivação da venda da operação descontinuada referente a sociedade controlada da Companhia Cromossomo Participações V S.A.

13 Imobilizado

Controladora					
31/12/19					31/12/18
Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imóveis	25	824	(684)	140	170
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	771.597	(493.716)	277.881	250.877
Benfeitorias em imóveis próprios	10	4.066	(2.608)	1.458	1.865
Aparelhos e equipamentos	10	1.073.750	(544.043)	529.707	428.940
Móveis e utensílios	10	109.905	(62.584)	47.321	46.364
Instalações	10	139.437	(72.140)	67.297	56.177
Equipamentos de informática	5	192.732	(144.188)	48.544	36.772
Veículos	5	3.369	(3.057)	312	325
Biblioteca	10	196	(187)	9	17
Terrenos	-	180	-	180	180
Imobilizações em andamento	-	107.097	-	107.097	93.425
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.817)	-	(4.817)	(4.817)
		<u>2.398.336</u>	<u>(1.323.207)</u>	<u>1.075.129</u>	<u>910.295</u>
Consolidado					
31/12/19					31/12/18
Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Imóveis	25	17.985	(2.636)	15.349	2.093
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	893.293	(535.542)	357.751	285.953
Benfeitorias em imóveis próprios	10	8.646	(8.174)	472	2.361
Aparelhos e equipamentos	10	1.246.365	(636.399)	609.966	474.078
Móveis e utensílios	10	129.060	(74.190)	54.870	53.498
Instalações	10	160.694	(84.512)	76.182	58.080
Equipamentos de informática	5	222.277	(170.464)	51.813	32.321
Veículos	5	5.566	(4.758)	808	897
Biblioteca	10	203	(193)	10	18
Terrenos	-	3.389	-	3.389	3.389
Imobilizações em andamento	-	117.303	-	117.303	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.817)	-	(4.817)	(4.817)
		<u>2.799.964</u>	<u>(1.516.868)</u>	<u>1.283.096</u>	<u>1.009.045</u>

Movimentação do custo e depreciação – Controladora (2018 a 2019)

	Movimentação de custo do exercício					
	31/12/18	Adições	Adição por incorporação de controladas (a)	Baixas	Transferências e reclassificações (c)	31/12/19
Imóveis	824	-	-	-	-	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	691.410	-	2.478	(6.657)	84.366	771.597
Benfeitorias em imóveis próprios	4.066	-	-	-	-	4.066
Aparelhos e equipamentos	879.636	-	1.136	(4.051)	197.029	1.073.750
Móveis e utensílios	101.073	-	1.192	(1.527)	9.167	109.905
Instalações	118.489	-	22	(2.106)	23.032	139.437
Equipamentos de informática	165.190	-	754	(1.095)	27.883	192.732
Veículos	3.557	-	260	(448)	-	3.369
Biblioteca	196	-	-	-	-	196
Terrenos	180	-	-	-	-	180

Imobilizações em andamento (c)	93.425	356.636	-	-	(342.964)	107.097
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	<u>(4.817)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.817)</u>
	<u>2.053.229</u>	<u>356.636</u>	<u>5.842</u>	<u>(15.884)</u>	<u>(1.487)</u>	<u>2.398.336</u>

Movimentação de depreciação acumulada do exercício

	31/12/18	Adições	Adição por incorporação de controladas (a)	Baixas	Transferências e reclassificações (c)	31/12/19
Imóveis	(654)	(30)	-	-	-	(684)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(440.533)	(57.513)	(303)	4.648	(15)	(493.716)
Benfeitorias em imóveis próprios	(2.201)	(407)	-	-	-	(2.608)
Aparelhos e equipamentos	(450.696)	(95.972)	(358)	3.266	(283)	(544.043)
Móveis e utensílios	(54.709)	(8.714)	(565)	1.192	212	(62.584)
Instalações	(62.312)	(11.167)	(14)	1.499	(146)	(72.140)
Equipamentos de informática	(128.418)	(16.510)	(501)	1.009	232	(144.188)
Veículos	(3.232)	(142)	(81)	398	-	(3.057)
Biblioteca	<u>(179)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(187)</u>
	<u>(1.142.934)</u>	<u>(190.463)</u>	<u>(1.822)</u>	<u>12.012</u>	<u>-</u>	<u>(1.323.207)</u>

Movimentação do custo e depreciação – Controladora (2017 a 2018)

Movimentação de custo do exercício

	31/12/2017	Incorporação de Controladas	Adições	Baixas	Transferências e reclassificações (c)	31/12/2018
Imóveis	824	-	-	-	-	824
Benfeitorias em imóveis de terceiros	610.556	9.429	-	(9)	71.434	691.410
Benfeitorias em imóveis próprios	4.066	11.542	-	-	(11.542)	4.066
Aparelhos e equipamentos	765.931	4.234	-	(13.092)	122.563	879.636
Móveis e utensílios	88.539	7.804	-	(816)	5.546	101.073
Instalações	96.958	1.281	-	-	20.250	118.489
Equipamentos de informática	150.245	3.279	-	(377)	12.043	165.190
Veículos	3.549	1.049	-	(1.158)	117	3.557
Biblioteca	184	12	-	-	-	196
Terrenos	180	-	-	-	-	180
Imobilizações em andamento	105.364	1.967	206.633	(128)	(220.411)	93.425
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	<u>(4.854)</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.817)</u>
	<u>1.821.542</u>	<u>40.597</u>	<u>206.670</u>	<u>(15.580)</u>	<u>-</u>	<u>2.053.229</u>

Movimentação de depreciação acumulada do exercício

	31/12/2017	Incorporação de controladas	Adições	Baixas	Transferências e reclassificações (c)	31/12/2018
Imóveis	(624)	-	(30)	-	-	(654)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(384.199)	(4.077)	(44.572)	10	(7.695)	(440.533)
Benfeitorias em imóveis próprios	(1.795)	(7.770)	(406)	-	7.770	(2.201)
Aparelhos e equipamentos	(380.636)	(2.354)	(78.251)	9.850	695	(450.696)
Móveis e utensílios	(44.083)	(3.564)	(7.719)	653	4	(54.709)
Instalações	(52.763)	(647)	(8.903)	-	1	(62.312)
Equipamentos de informática	(108.940)	(2.823)	(16.235)	355	(775)	(128.418)
Veículos	(3.372)	(864)	(115)	1.119	-	(3.232)
Biblioteca	<u>(161)</u>	<u>(9)</u>	<u>(9)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(179)</u>
	<u>(976.573)</u>	<u>(22.108)</u>	<u>(156.240)</u>	<u>11.987</u>	<u>-</u>	<u>(1.142.934)</u>

Movimentação do custo e depreciação – Consolidado (2018 - 2019)

Movimentação de custo do exercício								
	31/12/18	Aquisição de controladas (b)	Adições	Baixas	Variação cambial	Efeito inflacionário	Transfe-rências e Reclassifi-cações (c)	31/12/19
Imóveis	4.564	3.201	-	-	(817)	11.037	-	17.985
Benfeitorias em imóveis de terceiros	753.194	17.369	3.756	(7.389)	(4.315)	33.740	96.938	893.293
Benfeitorias em imóveis próprios	8.646	-	-	-	-	-	-	8.646
Aparelhos e equipamentos	956.983	34.029	19.255	(10.921)	(6.246)	49.672	203.593	1.246.365
Móveis e utensílios	115.422	4.217	5.210	(3.638)	(339)	2.854	5.334	129.060
Instalações	121.611	7.158	1.151	(2.184)	(1.652)	10.903	23.707	160.694
Equipamentos de informática	183.846	3.776	1.948	(2.077)	(592)	4.059	31.317	222.277
Veículos	5.222	1.195	-	(1.016)	(18)	183	-	5.566
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	2	203
Terrenos	3.389	-	-	-	-	-	-	3.389
Imobilizações em andamento (c)	101.174	-	378.834	(10)	-	-	(362.695)	117.303
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	<u>(4.817)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.817)</u>
	<u>2.249.435</u>	<u>70.945</u>	<u>410.154</u>	<u>(27.235)</u>	<u>(13.979)</u>	<u>112.448</u>	<u>(1.804)</u>	<u>2.799.964</u>

Movimentação de depreciação acumulada do exercício								
	31/12/18	Aquisição de controladas (b)	Adições	Baixas	Variação cambial	Efeito inflacionário	Transfe-rências e Reclassifi-cações (c)	31/12/19
Imóveis	(2.471)	-	(165)	-	-	-	-	(2.636)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(467.241)	(1.670)	(64.196)	5.052	737	(8.257)	33	(535.542)
Benfeitorias em imóveis próprios	(6.285)	(84)	(869)	-	24	(960)	-	(8.174)
Aparelhos e equipamentos	(482.905)	(15.605)	(105.968)	4.013	5.671	(42.472)	867	(636.399)
Móveis e utensílios	(61.924)	(2.098)	(10.050)	1.782	271	(2.353)	182	(74.190)
Instalações	(63.531)	(2.908)	(12.555)	1.503	1.396	(8.406)	(11)	(84.512)
Equipamentos de informática	(151.525)	(1.704)	(20.905)	7.790	723	(3.789)	(1.054)	(170.464)
Veículos	(4.325)	(572)	(323)	615	21	(174)	-	(4.758)
Biblioteca	<u>(183)</u>	<u>-</u>	<u>(8)</u>	<u>(2)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(193)</u>
	<u>(1.240.390)</u>	<u>(24.641)</u>	<u>(215.039)</u>	<u>20.753</u>	<u>8.843</u>	<u>(66.411)</u>	<u>17</u>	<u>(1.516.868)</u>

Movimentação do custo e depreciação – Consolidado (2017 - 2018)

	Movimentação de custo do exercício						
	31/12/2017	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências e reclassificações (c)	31/12/2018
Imóveis	5.146	-	-	-		(582)	4.564
Benfeitorias em imóveis de terceiros	674.894	1.515	3.373	(36)	(749)	74.197	753.194
Benfeitorias em imóveis próprios	19.564	-	112	-	-	(11.030)	8.646
Aparelhos e equipamentos	832.625	17.117	1.203	(16.588)	(4)	122.630	956.983
Móveis e utensílios	107.303	1.990	3.002	(2.333)	(146)	5.606	115.422
Instalações	100.218	1.511	32	(394)	-	20.244	121.611
Equipamentos de informática	170.642	2.320	1.192	(2.328)	(290)	12.310	183.846
Veículos	5.092	488	116	(1.218)	-	744	5.222
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	201
Terrenos	3.389	-	-	-	-	-	3.389
Imobilizações em andamento	109.970	-	215.605	(282)	-	(224.119)	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	<u>(4.854)</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4.817)</u>
	<u>2.024.190</u>	<u>24.941</u>	<u>224.672</u>	<u>(23.179)</u>	<u>(1.189)</u>	<u>-</u>	<u>2.249.435</u>

	Movimentação de depreciação acumulada do exercício						
	31/12/2017	Aquisição de controladas	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências e reclassificações (c)	31/12/2018
Imóveis	(2.292)	-	(179)	-		-	(2.471)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(409.067)	(118)	(50.332)	(58)	28	(7.694)	(467.241)
Benfeitorias em imóveis próprios	(12.354)	-	(1.700)	-		7.769	(6.285)
Aparelhos e equipamentos	(408.902)	(2.145)	(84.102)	11.517	12	715	(482.905)
Móveis e utensílios	(53.192)	(1.027)	(9.161)	993	4	459	(61.924)
Instalações	(54.197)	(403)	(9.118)	186		1	(63.531)
Equipamentos de informática	(123.932)	(10.540)	(19.073)	2.961		(941)	(151.525)
Veículos	(4.774)	(377)	(376)	1.511		(309)	(4.325)
Biblioteca	(174)	-	(9)	-	-	-	(183)
	(1.068.884)	(14.610)	(174.050)	17.110	44	-	(1.240.390)

- (a) Empresas controladas incorporada pela controladora. Vide nota explicativa nº 3.
- (b) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Os gastos realizados pela Companhia classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção e instalação, são transferidos para o grupo específico na rubrica de imobilizado quando disponíveis para o uso, após a conclusão do projeto são iniciadas a depreciação dos ativos relacionados. O montante de R\$ 1.487 na controladora e R\$ 1.787 no consolidado são gastos com software, reclassificados para o ativo intangível.

As adições de depreciação acumulada demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de serviços prestados, esta alocação está vinculada a utilização fim de cada ativo.

Anualmente a Companhia avalia seus ativos e não identificou, na última avaliação, indicadores de não recuperabilidade.

14 Intangível

		Controladora			
		31/12/19			31/12/18
Vida útil em anos		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de Participação – Ágio		2.308.338	(281.916)	2.026.422	2.026.172
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	30	309.854	(79.614)	230.240	239.890
Relacionamento com clientes	5	72.613	(31.258)	41.355	44.767
Mais valia de ativos	5	21.743	(7.389)	14.354	16.792
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	5	532.799	(339.284)	193.515	138.763
Direito de uso de área comercial	5	6.523	(1.985)	4.538	202
Marcas e patentes	3	96	(64)	32	35
Contrato de exclusividade com clientes	7	13.670	(9.232)	4.438	5.515
Fundo de comércio	14	1.168	(20)	1.148	337
Intangível em andamento	-	4.547	-	4.547	27.710
		<u>3.271.351</u>	<u>(750.762)</u>	<u>2.520.589</u>	<u>2.500.183</u>
		Consolidado			
		31/12/19			31/12/18
Vida útil em anos		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Aquisição de participação – Ágio		3.349.297	(353.745)	2.995.552	2.821.561
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	30	684.714	(99.661)	585.053	445.473
Relacionamento com clientes	5	257.960	(62.778)	195.182	130.976
Mais valia de ativos	5	26.273	(7.940)	18.333	20.303
Acordo de não concorrência	10	13.344	(3.947)	9.397	3.835
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	5	560.895	(358.652)	202.243	146.894
Direito de uso de área comercial	5	6.529	(1.991)	4.538	208
Marcas e patentes	3	146	(143)	3	80
Contrato de exclusividade com clientes	7	16.566	(10.365)	6.201	6.997
Fundo de comércio	14	1.168	(20)	1.148	337
Intangível em andamento	-	4.547	-	4.547	27.710
		<u>4.921.439</u>	<u>(899.242)</u>	<u>4.022.197</u>	<u>3.604.374</u>

Movimentação do custo e amortização – Controladora (2018 - 2019)

Movimento de custo do exercício						
	31/12/18	Adições	Baixas	Adição por incorporação de controladas (a)	Transfe-rências (c)	31/12/19
Aquisição de participação – Ágio	2.308.088	250	-	-	-	2.308.338
Intangível identificado na aquisição de participação societária:						
Marcas	309.854	-	-	-	-	309.854
Relacionamento com clientes	72.613	-	-	-	-	72.613
Mais valia de ativos	21.743	-	-	-	-	21.743
Outros intangíveis:						
Sistemas de informática	422.854	-	(92)	764	109.273	532.799
Direito de uso de área comercial	1.565	-	-	-	4.958	6.523
Marcas e patentes	94	-	-	7	(5)	96
Contrato de exclusividade com clientes	13.670	-	-	-	-	13.670
Fundo de comércio	337	219	-	-	612	1.168
Intangível em andamento	<u>27.710</u>	<u>90.188</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(113.351)</u>	<u>4.547</u>
	<u>3.178.528</u>	<u>90.657</u>	<u>(92)</u>	<u>771</u>	<u>1.487</u>	<u>3.271.351</u>
Movimento de amortização do exercício						
	31/12/18	Adições	Baixas	Adição por incorporação de controladas (a)		31/12/19
Aquisição de participação – Ágio	(281.916)	-	-	-		(281.916)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:						
Marcas	(69.964)	(9.650)	-	-		(79.614)
Relacionamento com clientes	(27.846)	(3.412)	-	-		(31.258)
Mais valia de ativos	(4.951)	(2.438)	-	-		(7.389)
Outros intangíveis:						
Sistemas de informática	(284.091)	(54.558)	70	(705)		(339.284)
Direito de uso de área comercial	(1.363)	(622)	-	-		(1.985)
Marcas e patentes	(59)	(4)	-	(1)		(64)
Contrato de exclusividade com clientes	(8.155)	(1.077)	-	-		(9.232)
Fundo de comércio	<u>-</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		<u>(20)</u>
	<u>(678.345)</u>	<u>(71.781)</u>	<u>70</u>	<u>(706)</u>		<u>(750.762)</u>

Movimentação do custo e amortização – Controladora (2017 - 2018)

Movimento de custo do exercício						
	31/12/2017	Reclassificação de intangíveis	Incorporação de controladas (b)	Adições	Transferências (c)	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	2.087.170	177.400	43.518	-	-	2.308.088
Intangível identificado na aquisição de participação societária:						
Marcas	236.037	61.620	12.197	-	-	309.854
Relacionamento com clientes	45.151	26.264	1.198	-	-	72.613
Mais valia de ativos	-	21.743	-	-	-	21.743
Outros intangíveis:						
Sistemas de informática	372.320	-	2.548	181	47.805	422.854
Direito de uso de área comercial	1.565	-	-	-	-	1.565
Marcas e patentes	93	-	1	-	-	94
Contrato de exclusividade com clientes	12.520	-	1.150	-	-	13.670

Fundo de comércio	-	-	-	337	-	337
Intangível em andamento	<u>6.373</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.142</u>	<u>(47.805)</u>	<u>27.710</u>
	<u>2.761.229</u>	<u>287.027</u>	<u>60.612</u>	<u>69.660</u>	<u>-</u>	<u>3.178.528</u>

Movimento de amortização do exercício

	31/12/2017	Reclassificação de intangíveis	Incorporação de controladas	Adições	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	(238.398)	-	(43.518)	-	(281.916)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	(55.315)	(2.460)	(3.256)	(8.933)	(69.964)
Relacionamento com clientes	(20.995)	(2.094)	(1.198)	(3.559)	(27.846)
Mais valia de ativos	-	(4.548)	-	(403)	(4.951)
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	(234.199)	-	(2.307)	(47.585)	(284.091)
Direito de uso de área comercial	(1.290)	-	-	(73)	(1.363)
Marcas e patentes	(56)	-	-	(3)	(59)
Contrato de exclusividade com clientes	<u>(6.388)</u>	<u>-</u>	<u>(901)</u>	<u>(866)</u>	<u>(8.155)</u>
	<u>(556.641)</u>	<u>(9.102)</u>	<u>(51.180)</u>	<u>(61.422)</u>	<u>(678.345)</u>

Movimentação do custo e amortização – Consolidado (2018 - 2019)

Movimento de custo do exercício

	31/12/18	Aquisições de controladas (b)	Adições	Baixas	Variação cambial	Efeito Infla- cionário	Transfe- rências (c)	31/12/19
Aquisição de participação – Ágio	3.176.153	511.446	-	-	(33.857)	-	(304.445)	3.349.297
Intangível identificado na aquisição de participação societária:			-					
Marcas	524.427	-	-	-	(20.733)	-	181.020	684.714
Relacionamento com clientes	173.120	-	-	-	(26.567)	-	111.407	257.960
Mais valia de ativos	25.539	-	-	-	-	-	734	26.273
Acordo de não competição	4.917	-	-	-	(2.861)	-	11.288	13.344
Outros intangíveis:								
Sistemas de informática	443.654	1.668	4.189	(325)	(402)	2.527	109.584	560.895
Direito de uso de área comercial	1.570	-	-	-	-	-	4.959	6.529
Marcas e patentes	147	4	-	-	-	-	(5)	146
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	696	-	-	-	-	-	16.566
Fundo de comércio	337	-	219	-	-	-	612	1.168
Intangível em andamento	<u>27.710</u>	<u>-</u>	<u>90.187</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(113.350)</u>	<u>4.547</u>
	<u>4.393.444</u>	<u>513.814</u>	<u>94.595</u>	<u>(325)</u>	<u>(84.420)</u>	<u>2.527</u>	<u>1.804</u>	<u>4.921.439</u>

Movimento de amortização do exercício

	31/12/18	Aquisições de controladas (b)	Adições	Baixas	Variação cambial	Efeito Infla- cionário	Transfe- rências (c)	31/12/19
Aquisição de participação – Ágio	(354.592)	-	847	-	-	-	-	(353.745)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:								
Marcas	(78.954)	-	(20.707)	-	-	-	-	(99.661)
Relacionamento com clientes	(42.144)	-	(20.634)	-	-	-	-	(62.778)

Mais valia de ativos	(5.236)	-	(2.704)	-	-	-	-	(7.940)
Acordo de não competição	(1.082)	-	(2.865)	-	-	-	-	(3.947)
Outros intangíveis:								
Sistemas de informática	(296.760)	(1.788)	(58.399)	70	405	(2.222)	42	(358.652)
Direito de uso de área comercial	(1.362)	-	(628)	-	-	-	(1)	(1.991)
Marcas e patentes	(67)	-	(18)	-	-	-	(58)	(143)
Contrato de exclusividade com clientes	(8.873)	-	(1.492)	-	-	-	-	(10.365)
Fundo de comércio	-	-	(20)	-	-	-	-	(20)
	<u>(789.070)</u>	<u>(1.788)</u>	<u>(106.620)</u>	<u>70</u>	<u>405</u>	<u>(2.222)</u>	<u>(17)</u>	<u>(899.242)</u>

Movimentação do custo e amortização – Consolidado (2017 - 2018)

Consolidado								
Movimento de custo do exercício								
	31/12/2017	Ajustes no preço de aquisição de controladas	Aquisições de controladas	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências (c)	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	3.053.322	197.877	23.583	1.066	(25)	-	(99.670)	3.176.153
Intangível identificado na aquisição de participação societária:				-				
Marcas	482.475	-	-	-	-	-	41.952	524.427
Relacionamento com clientes	113.417	-	-	-	-	-	59.703	173.120
Mais valia de ativos	25.435	-	-	-	-	-	104	25.539
Acordo de não competição	3.670	-	-	-	-	-	1.247	4.917
Outros intangíveis:								
Sistemas de informática	393.455	318	-	3.460	(10)	-	46.431	443.654
Direito de uso de área comercial	1.565	5	-	-	-	-	-	1.570
Marcas e patentes	113	26	-	11	-	(3)	-	147
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	-	-	-	-	-	-	15.870
Fundo de comércio	-	-	-	337	-	-	-	337
Projeto de reestruturação DASA	-	82	-	755	-	(837)	-	0
Intangível em andamento	<u>6.374</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>69.344</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48.008)</u>	<u>27.710</u>
	<u>4.095.696</u>	<u>198.308</u>	<u>23.583</u>	<u>74.973</u>	<u>(35)</u>	<u>(840)</u>	<u>1.759</u>	<u>4.393.444</u>

Consolidado					
Movimento de amortização do exercício					
	31/12/2017	Aquisições de controladas (d)	Adições	Transferências	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	(354.592)	-	-	-	(354.592)
Intangível identificado na aquisição de participação societária:					
Marcas	(62.217)	-	(16.734)	(3)	(78.954)
Relacionamento com clientes	(27.781)	-	(9.916)	(4.447)	(42.144)
Mais valia de ativos	(2.625)	-	(2.611)	-	(5.236)
Acordo de não competição	-	-	(3.770)	2.688	(1.082)
Outros intangíveis:					
Sistemas de informática	(245.588)	(168)	(50.994)	(10)	(296.760)
Direito de uso de área comercial	(1.290)	-	(72)	-	(1.362)
Marcas e patentes	(59)	(15)	(6)	13	(67)
Contrato de exclusividade com clientes	<u>(7.222)</u>	<u>-</u>	<u>(1.651)</u>	<u>-</u>	<u>(8.873)</u>
	<u>(701.374)</u>	<u>(183)</u>	<u>(85.754)</u>	<u>(1.759)</u>	<u>(789.070)</u>

- (a) Empresas controladas incorporadas pela controladora. Vide nota explicativa nº 3.
- (b) Empresas adquiridas pela Companhia. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (c) Os gastos realizados classificados como intangível em andamento durante o período de desenvolvimento, são transferidos por uma rubrica específica no grupo do intangível quando estão disponíveis para o uso. O montante de R\$1.487 na controladora e R\$ 1.787 no consolidado são gastos com software, reclassificados de imobilizações em andamento do ativo imobilizado.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação, foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de serviços prestados.

Teste para verificação de impairment

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável. O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Companhia. Segue, abaixo, a alocação do ágio por UGC:

	31/12/2019
Privado	2.787.218
Público	70.165
Internacional	<u>138.169</u>
	<u>2.995.552</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as Unidade Geradoras de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração. O teste de recuperação da UGC não identificou a necessidade de reconhecimento de perda.

As seguintes premissas foram utilizadas:

- A projeção do fluxo de caixa para o primeiro exercício baseia-se no orçamento aprovado pela Administração. A Administração determinou a margem bruta orçada com base em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado e acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UGC. A projeção contemplou o período de cinco anos acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital – WACC) de 7,33% em 2019 (7,33% em 2018);
- Receitas: projetadas de 2020 a 2024 considerando crescimento histórico do volume de serviços prestados e às projeções de inflação baseadas em projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a inauguração de novas unidades;
- Despesas: projetadas no mesmo período das receitas, de acordo com a dinâmica dos negócios e a busca por sinergias;

- CAPEX: considerado o investimento percentual médio histórico em manutenção de ativos;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 3,3% a.a. em 31 de dezembro de 2019 (3,3 %a.a. em 31 de dezembro de 2018);

15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Fornecedores nacionais	297.780	290.117	359.383	337.044
Fornecedores estrangeiros	10.221	12.726	12.274	12.901
Serviços médicos especializados	<u>38.431</u>	<u>42.736</u>	<u>45.110</u>	<u>42.741</u>
	<u>346.432</u>	<u>345.579</u>	<u>416.767</u>	<u>392.686</u>
Passivo circulante	<u>323.173</u>	<u>313.715</u>	<u>393.503</u>	<u>360.817</u>
Passivo não circulante	<u>23.259</u>	<u>31.864</u>	<u>23.264</u>	<u>31.869</u>

16 Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Financiamento:						
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	6% a.a., 9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/2024	5.379	6.510	5.379	6.510
FINEP – (iv)	TJLP + 3%	15/09/2026	25.651	26.776	25.651	26.776
Notas promissórias (b)	107,0% do CDI	28/12/2020	56.798	330.222	56.798	330.222
BNDES (a) (iii)	4,5% a.a.	15/03/2024	-	-	-	1.549
Banco de Lage Landen (a) (ii) (iii)	13,6% a.a.	04/12/2022	-	-	-	1.000
Bancos - Maipú – Internacional (iii) (v)	USD + 6% a.a.	10/10/2025	-	-	17.763	-
Outros	-	-	-	-	487	796
Leasing:						
Leasing financeiro – Hitachi	IGPM	22/06/2021	<u>2.731</u>	<u>3.889</u>	<u>2.731</u>	<u>3.889</u>
			90.559	367.397	108.809	370.742
Passivo circulante			<u>63.845</u>	<u>280.933</u>	<u>68.565</u>	<u>281.759</u>
Passivo não circulante			<u>26.714</u>	<u>86.464</u>	<u>40.244</u>	<u>88.983</u>

A movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	588.513	691.286
Juros Incorridos	39.236	39.321
Juros Pagos	(5.744)	(17.304)
Amortização principal	(254.608)	(348.268)
Aquisições de controladas	—	5.707
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>367.397</u>	<u>370.742</u>
Captação	-	14.561
Juros Incorridos	17.477	17.660
Juros Pagos	(42.301)	(42.604)
Amortização principal	(252.014)	(261.449)
Aquisições de controladas	—	9.899
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>90.559</u>	<u>108.809</u>

Garantias para empréstimos e financiamentos:

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da Companhia.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios
- (iv) Carta de fiança
- (v) Hipoteca

Exceto pelas notas promissórias, conforme detalhado a seguir no comentário (b), os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas. Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo circulante e passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros em risco de liquidez.

- (a) A Companhia liquidou antecipadamente operações de empréstimos de controladas com o objetivo de redução do custo financeiro.
- (b) Notas promissórias - Em 05 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da 5ª emissão, pela Companhia, de 300 notas promissórias, realizada em 3 (três) séries, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais) (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$300.000 na data de emissão, qual seja, 28 de dezembro de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 28 de dezembro de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

A Emissão foi realizada em 3 séries, sendo (i) 200 Notas Promissórias da primeira série, (ii) 50 Notas Promissórias da segunda série e (iii) 50 Notas Promissórias da terceira série. O prazo (i) das Notas Promissórias da primeira série é de até 365 dias contados da data de emissão, (ii) das Notas Promissórias da segunda série é de até 730 dias contados da data de emissão e (iii) das Notas Promissórias da terceira série é de até 1.095 dias contados da data de emissão.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / LAJIDA - índice máximo	4,00
2- LAJIDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava adimplente na controladora e no consolidado com as condições contratuais.

17 Arrendamentos

(a) Leasing financeiro nacional

A Companhia é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 2.731 (R\$ 3.889 em 2018) na controladora e no consolidado, sendo deste montante, R\$ 2.019 classificado no passivo circulante (R\$ 1.580 em 2018). Os juros desta transação em 2019 são de R\$ 200 (R\$ 294 em 2018 por projeção negativa) na controladora e no consolidado. O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de IGPM.

(b) Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos

A Companhia possui operações de arrendamento de imóveis tais como: unidades de atendimento, armazéns, sedes administrativas e núcleos técnicos operacionais. O prazo médio dos contratos varia entre 5 e 10 anos porém são negociados individualmente. Os valores mínimos futuros não canceláveis são os seguintes:

Controladora								
	Adoção inicial em 1ª de janeiro de 2019	Adição	Amortização	Juros (a)	Pagamentos	Remen- suração (b)	Trans- ferência	Saldo em 31/12/19
Ativo								
Direito de uso	1.014.529	27.027	(132.058)	-	-	(27.533)	-	881.965
Passivo								
Arrendamento mercantil alugueis	963.304	27.027	-	91.132	(196.338)	(27.533)	-	857.592
Provisão de custo de desmobilização - não circulante	51.225	-	-	-	-	-	-	51.225
	1.014.529	27.027	-	91.132	(196.338)	(27.533)	-	908.817
								-
Circulante	154.278	-	-	91.132	(196.338)	(27.533)	104.281	125.820
Não circulante	860.251	27.027	-	-	-	-	(104.281)	782.997
Consolidado								
	Adoção inicial em 1ª de janeiro de 2019	Adição	Amortização	Juros (a)	Pagamentos	Remen- suração (b)	Trans- ferência	Saldo em 31/12/19
Ativo								
Direito de uso	1.021.625	27.027	(133.991)	-	-	(26.619)	-	888.042
Passivo								
Arrendamento mercantil alugueis	969.818	21.441	-	91.744	(198.355)	(21.030)	-	863.618
Provisão de custo de desmobilização - não circulante	51.807	-	-	-	-	-	-	51.807
	1.021.625	21.441	-	91.744	(198.355)	(21.030)	-	915.425
Circulante	158.036	1.940	-	91.744	(198.355)	(21.030)	94.825	127.160
Não circulante	863.589	19.501	-	-	-	-	(94.825)	788.265

- (a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras, é utilizada taxa de desconto, considerando a média de captação de recursos no mercado, conforme demonstrada a baixo:

Prazo dos contratos	Taxa
2 anos	7,83%
4 anos	9,30%
5 anos	7,93%
10 anos	10,22%
Média	8,82%

- (b) Reconhecimento das alterações contratuais, basicamente dos valores dos alugueis e vigência dos contratos.

Os vencimentos da das parcelas não circulantes estão em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a baixo:

	<u>Controlada</u>	<u>Consolidado</u>
2021	110.289	111.349
2022	104.597	105.245
2023	98.974	99.503
2024 em diante	<u>469.137</u>	<u>472.168</u>
	<u>782.997</u>	<u>788.265</u>

Dado que a Companhia possui regime de tributação pelo método cumulativo, não existem potenciais impostos PIS e COFINS a recuperar nas parcelas de contraprestação do arrendamento.

A seguir está demonstrado o quanto seria o saldo de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento, e quanto seriam as despesas de depreciação e juros, caso fosse considerada a inflação projetada nos fluxos de pagamento:

<u>Análise do impacto da diferença balanço patrimonial</u>		<u>Análise do impacto da diferença demonstração resultado</u>	
Direito de uso líquido	31/12/2019	Despesa financeira	2019
Fluxos conf. CPC 06 (R2)	888.042	Fluxos conf. CPC 06 (R2)	91.744
Fluxo sem inflação	1.087.984	Fluxo sem inflação	73.869
Arrendamento a pagar	31/12/2019	Despesa de depreciação	2019
Fluxos conf. CPC 06 (R2)	863.618	Fluxos conf. CPC 06 (R2)	133.992
Fluxo sem inflação	1.079.744	Fluxo sem inflação	165.849

18 Debêntures (controladora e consolidado)

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Debêntures não conversíveis	2.700.000	2.150.180
Juros remuneratórios	20.265	25.171
Custo de transação	<u>(4.279)</u>	<u>(2.817)</u>
	<u>2.715.986</u>	<u>2.172.534</u>
Circulante	<u>152.589</u>	<u>165.741</u>
Não circulante	<u>2.563.397</u>	<u>2.006.793</u>

A movimentação das debêntures é como segue:

	<u>Controladora e Consolidado</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.101.082
Captação	1.398.592
Juros Incorridos	102.391
Juros Pagos	(97.750)
Amortização principal	<u>(331.781)</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.172.534
Captação	900.000
Juros Incorridos	148.093
Juros Pagos	(152.160)
Amortização principal	(351.019)
Custo de transação	<u>(1.462)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>2.715.986</u>

As Debêntures classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização das 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissões:

	Principal	Custo de transação	Total
2021	133.333	(130)	133.203
2022	483.333	(963)	482.370
2023	600.000	(787)	599.213
2024 a 2026	<u>1.350.000</u>	<u>(1.389)</u>	<u>1.348.611</u>
	<u>2.566.666</u>	<u>(3.269)</u>	<u>2.563.397</u>

As emissões das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total captado	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
						108,00% do DI Pagamento semestral	3 parcelas - 1º 25/08/2020, 2ª 25/08/2021 e 3ª 25/08/2022
8ª	Única	08/08/2017	40.000	400.000	5 anos		2 parcelas - 1º 26/03/2022 e 2ª 26/03/2023
9ª	Única	05/02/2018	60.000	600.000	5 anos	108,60% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2022 e 2ª 10/12/2023
10ª	1ª	19/11/2018	10.000	100.000	em até 5 anos	107,40% do DI	10/12/2024
10ª	2ª	19/11/2018	30.000	300.000	6 anos	110,50% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2025 e 2ª 10/12/2026
10ª	3ª	19/11/2018	40.000	400.000	em até 8 anos	112,50% do DI	2 parcelas - 1º 10/06/2025 e 2ª 10/06/2026
11ª	Única	17/05/2019	40.000	400.000	em até 7 anos	108,50% do DI	2 parcelas - 1º 25/11/2023 e 2ª 25/11/2024
12ª	Única	22/11/2019	500.000	500.000	5 anos	100% do DI + 1,2% a.a.	

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para alongar o perfil de endividamento da Companhia e reforço no capital de giro da Companhia, para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia.

Resgate antecipado quinta e sétima emissões debêntures:

Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia realizou o resgate antecipado total da 5ª e 7ª emissões de debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das debêntures em circulação.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas obrigações decorrentes das debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração de juros do exercício, caso a Companhia não cumpra com algumas cláusulas contratuais, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

19 Impostos parcelados

	Termino da Amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Parcelamento ISS	2029	6.973	2.617	7.132	2.617
Refis IV - Lab. Gaspar	2024	-	-	1.704	1.991
Parcelamento Tributos Federais	2021	2.046	1.434	2.603	1.434
Parcelamento ISS – LEME	2024	-	6.501	-	6.501
Parcelamento – PERT (a)	2020	-	2.080	-	2.080
Parcelamento taxa de resíduos sólidos – SZD	2022	-	-	1.415	2.163
Parcelamento PERT - Santa Luzia	2020	-	-	550	-

Parcelamento INSS - Santa Luzia	2020	-	-	-	87
Parcelamento impostos federais –Valeclin	2028	-	-	2.548	2.844
Outros	2020	<u>579</u>	<u>16</u>	<u>579</u>	<u>1.396</u>
		<u>9.598</u>	<u>12.648</u>	<u>16.532</u>	<u>21.113</u>
Passivo circulante		<u>3.389</u>	<u>4.280</u>	<u>4.994</u>	<u>5.714</u>
Passivo não circulante		<u>6.209</u>	<u>8.368</u>	<u>11.538</u>	<u>15.399</u>

- (a) A Companhia e suas controladas, após análise econômica aliada à opinião dos assessores jurídicos externos, formalizou a adesão de alguns processos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017 e regulamentado pela IN RFB nº 1711/17 de 16 de junho de 2017.

20 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social das entidades adquiridas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

			<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Atualização</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
IPCA-IGPM-						
Não garantida por aplicações financeiras	Selic	06/2021	362.248	98.516	362.248	98.516
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	<u>41.364</u>	<u>43.705</u>	<u>41.483</u>	<u>43.818</u>
			<u>403.612</u>	<u>142.221</u>	<u>403.731</u>	<u>142.334</u>
Circulante			<u>104.111</u>	<u>53.720</u>	<u>104.111</u>	<u>53.720</u>
Não circulante			<u>299.501</u>	<u>88.501</u>	<u>299.620</u>	<u>88.614</u>

- (a) Atualizada à taxa média de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (109,98% do CDI em 31 de dezembro de 2018) em fundos de renda fixa, que são administrados por instituições financeiras.
- (b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência. As aplicações financeiras estão registradas e divulgadas em rubrica segregada no ativo não circulante.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	210.007	210.006
2022	13.254	13.254
2023	3.936	3.936
2024	<u>72.304</u>	<u>72.424</u>
Total	<u>299.501</u>	<u>299.620</u>

21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

	Controladora				Consolidado			
	31/12/19		31/12/18		31/12/19		31/12/18	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Trabalhistas e cíveis	44.566	19.389	41.454	18.098	50.865	22.300	43.209	21.310
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>62.592</u>	<u>60.644</u>	<u>64.320</u>	<u>57.396</u>	<u>89.715</u>	<u>61.901</u>	<u>78.842</u>	<u>58.156</u>
	<u>107.158</u>	<u>80.033</u>	<u>105.774</u>	<u>75.494</u>	<u>140.580</u>	<u>84.201</u>	<u>122.051</u>	<u>79.466</u>

(a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas eram partes em 1.600 ações trabalhistas (1.690 em 31 de dezembro de 2018) e em 1.703 processos cíveis em esferas administrativas e judiciais (1.484 em 31 de dezembro de 2018). As provisões de R\$ 44.566 (R\$ 41.454 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 50.865 (R\$ 43.209 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável e possível para questões trabalhistas e risco provável para questões cíveis.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a Companhia e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela Companhia em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos, vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a Companhia divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à Companhia. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a Companhia a registrar os médicos intervenientes anuentes - o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: “(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade”. A Companhia, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da Companhia foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27 de janeiro de 2016 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03 de maio de 2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação dos assessores jurídicos e da Administração é que a perda é provável para o dano moral de aproximadamente 22 profissionais no valor atualizado de R\$ 939, e perda remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

(b) Provisões para demandas fiscais e previdenciárias

As provisões para demandas fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 62.592 (R\$ 64.320 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 89.715 (R\$ 78.842 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, correspondem a (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. A Companhia e suas controladas possuíam ainda em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado de R\$ 410.172 (R\$ 378.907 em 31 de dezembro de 2018) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 126.875 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, R\$ 99.818 referem-se a cobrança de PIS/COFINS sobre faturamento e importação, créditos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 67.568, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 79.631 originado da dedução de ágio verificado na incorporação societária e outros tributos contribuições no montante de R\$ 36.179.

Em 07 de março de 2016, a Administração tomou conhecimento de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. Em 15 de julho de 2016 a Companhia ajuizou a Ação Declaratória nº 0004053-41.2016.4.03.6144, em curso na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP, visando garantir antecipadamente o valor integral dos débitos tributários objeto da Execução Fiscal mediante oferecimento de apólice de seguro garantia emitida em 13 de julho de 2016, em estrita observância ao disposto na Portaria da PGFN nº 164/2014, bem como nos artigos 151, inciso V, e 206 do CTN. A Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.4.03.6144 foi ajuizada em 10 de agosto de 2016 para a cobrança das CDAs 80 6 16 053101-28 e 80 7 16 021700-63, as quais têm por objeto débitos de PIS e COFINS apurados no ano de 2011 decorrentes do Processo Administrativo Federal nº 16004.720192/2015-69 instaurado pela Receita Federal do Brasil. Em 12 de maio de 2017 foi proferida sentença

que confirmou a decisão de tutela de urgência e julgou procedente a ação declaratória para determinar o registro de que os créditos tributários cobrados pela execução fiscal estão garantidos por meio de seguro garantia idôneo. A Companhia foi citada para responder aos termos da Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144, razão pela qual apresentou uma manifestação nos autos da Ação Declaratória com Pedido de Tutela Provisória nº 0004053-41.2016.4.03.6144 informando sobre a existência da presente execução fiscal e requerendo a transferência da garantia. Atendido os requisitos previstos nos artigos 16, incisos I e II, da Lei nº 6.830/80, 184, caput e § 1º, do CPC, e 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, em 27 de setembro de 2017, a Companhia apresentou os Embargos à Execução Fiscal, tendo sido registrado nos sistemas eletrônicos da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP sob o nº. 0003688-50.2017.403.6144. Em 12 de abril de 2018 foi publicada decisão dos Embargos à Execução Fiscal, determinando a indicação de provas a serem produzidas, o qual foi atendido pela Companhia dentro do prazo em 20 de abril de 2018. Em novembro de 2018, foi publicada decisão solicitando que a Companhia indicasse quesitos e o assistente técnico dentro do prazo de 15 dias, os quais foram apresentados tempestivamente. Por fim, a avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

A Companhia ajuizou a Ação Declaratória nº 1005652-68.2018.4.01.3400 em face da União visando que seja deferida tutela provisória de urgência para o fim de se assegurar à Companhia a dedução, nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, da amortização do ágio decorrente de incorporação societária, suspendendo-se a exigibilidade do montante controvertido. Em 16 de abril de 2018, foi proferida decisão deferindo a tutela provisória de urgência pleiteada para suspender a exigibilidade do montante controvertido desde que o seguro garantia seja aceito pela União. Em 04 de maio de 2018 a União opôs embargos de declaração questionando a aceitação da apólice de seguro garantia como forma de suspensão da exigibilidade do crédito. Tendo em vista a impossibilidade de prosseguir com o seguro garantia, a Companhia depositou em juízo até outubro de 2018 o valor de R\$ 33.350, já incluído multa e juros de mora, que corresponde aos valores de IRPJ e CSLL calculados sobre a dedução na base de cálculo desses tributos. A avaliação pelos assessores jurídicos externos da Companhia quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

Movimentação das provisões para contingências (2018 - 2019)

Controladora						
Movimentação do exercício						
	31/12/18	Adição a provisão	Adição por incorporação	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	31/12/19
Trabalhistas e cíveis	41.454	24.295	108	(21.717)	426	44.566
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>64.320</u>	<u>18.543</u>	<u>-</u>	<u>(20.874)</u>	<u>603</u>	<u>62.592</u>
	<u>105.774</u>	<u>42.838</u>	<u>108</u>	<u>(42.591)</u>	<u>1.029</u>	<u>107.158</u>
Consolidado						
Movimentação do exercício						
	31/12/18	Adição a provisão	Adição por aquisição de controladas	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	31/12/19
Trabalhistas e cíveis	43.209	32.449	34	(25.254)	427	50.865
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>78.842</u>	<u>31.436</u>	<u>-</u>	<u>(21.196)</u>	<u>633</u>	<u>89.715</u>
	<u>122.051</u>	<u>63.885</u>	<u>34</u>	<u>(46.450)</u>	<u>1.060</u>	<u>140.580</u>

Movimentação das provisões para contingências (2017 - 2018)

Controladora						
	31/12/17	Movimentação do exercício				31/12/18
	Saldo final	Adição a provisão	Adição por incorporação	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	19.433	38.171	3.273	(19.860)	437	41.454
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>80.659</u>	<u>8.506</u>	<u>126</u>	<u>(24.585)</u>	<u>(386)</u>	<u>64.320</u>
	<u>100.092</u>	<u>46.677</u>	<u>3.399</u>	<u>(44.445)</u>	<u>51</u>	<u>105.774</u>
Consolidado						
	31/12/17	Movimentação do exercício				31/12/18
	Saldo final	Adição a provisão	Aquisição de controladas	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	Saldo final
Trabalhistas e cíveis	28.840	41.286	385	(27.792)	490	43.209
Demandas fiscais e previdenciárias	<u>104.694</u>	<u>8.710</u>	<u>8.800</u>	<u>(43.402)</u>	<u>40</u>	<u>78.842</u>
	<u>133.534</u>	<u>49.996</u>	<u>9.185</u>	<u>(71.194)</u>	<u>530</u>	<u>122.051</u>

22 Pagamento baseado em ações

A Companhia possuía um Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 (“Plano 2016”). A Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2018 aprovou o plano de remuneração/pagamento baseado em ações mediante a outorga de opções de compra de ações (“Plano 2018”), e concedeu a oportunidade para que participantes do Plano 2016 possam optar, a seu exclusivo critério, em substituir as opções que possuem no âmbito do Plano 2016 por opções no âmbito deste Plano 2018.

O Plano 2018 é regido pelas disposições abaixo:

- Tem por objetivo estabelecer um plano de remuneração baseado em ações, o que permitirá à Companhia alinhar os seus interesses com os dos seus acionistas e beneficiários, atrair e reter talentos, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da Companhia.
- Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.
- Será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá contar com um comitê para assessorá-lo nesse sentido, e terá, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da Companhia, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2018.
- O número máximo de Ações que poderá ser efetivamente entregue em decorrência do exercício das Opções não poderá exceder 19.902.320 Ações, representativas, na data de criação do Plano 2018, de aproximadamente 6% do capital social da Companhia. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada

sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.

- (e) O preço de exercício das opções seguirá a métrica estabelecida no contrato das outorgas, levando-se em consideração o múltiplo de EBITDA definido, assim como, o EBITDA calculado com base no resultado corrente da Companhia, ajustado por eventos não recorrentes, ambos validados pelo Conselho de Administração. Também deverá ser considerado no cálculo o endividamento da Companhia, conforme métricas estabelecidas no contrato de opções.
- (f) As opções poderão ser exercidas em ações ou diretamente em dinheiro, após vencidos os prazos do *vesting* estabelecido em cada contrato de outorga (média de quatro anos por outorga), ficando referida escolha por conta do executivo detentor das opções. Para a outorga de 2016, foi definido em contrato que até 65% poderá ser exercido em dinheiro e o restante deverá ser exercido em ações. A partir de então, para as próximas outorgas, a companhia abrirá planos anuais de recompra, com valor total limitado a R\$ 70 milhões, cabendo ao executivo a opção de venda das ações e/ou exercício das opções em dinheiro.

No âmbito deste mesmo plano, foram aprovadas as seguintes opções de compra de ações.

Exercício de aprovação	Aprovação	Quantidade
2016	Conselho de Administração	5.812.241 Opções
2017	Conselho de Administração	6.572.842 Opções
2018	Conselho de Administração	4.663.274 Opções
2019	Conselho de Administração	5.215.000 Opções

A provisão para pagamento baseado em ações é a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Plano	Impostos e encargos	Total	Plano	Impostos e encargos	Total
Curto prazo	107.083	43.690	150.773	-	-	-
Longo prazo	<u>43.204</u>	<u>17.627</u>	<u>60.831</u>	<u>59.489</u>	<u>42.637</u>	<u>102.126</u>
	<u>150.287</u>	<u>61.317</u>	<u>211.604</u>	<u>59.489</u>	<u>42.637</u>	<u>102.126</u>

23 Patrimônio líquido

a. *Capital social*

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.326.423 (R\$ 2.235.369 em 31 de dezembro de 2018), representado por 315.054.045 ações ordinárias (311.926.140 em 31 de dezembro de 2018), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O limite de aumento do capital social autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante emissão de novas ações desde que o capital não exceda 560.000.000 (quinhentos e sessenta milhões) de ações ordinárias.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2019, foi aprovada a homologação do aumento de capital, com a emissão de 3.127.905 novas ações ordinárias, no valor total de R\$ 91.054.

b. *Ações em tesouraria*

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui 109.199 (109.199 em 31 de dezembro 2018) ações em tesouraria, ao preço médio de R\$ 22,20 (R\$ 22,20 em 31 de dezembro de 2018).

c. *Lucro por ação (básico e diluído)*

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	<u>01/01/2019 a 31/12/2019</u>	<u>01/01/2018 a 31/12/2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	124.777	184.378
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	315.054	311.926
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(109)	(109)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	314.945	311.817
Lucro básico por ação - (em R\$)	0,39619	0,59130

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição, que são as opções do plano de opção de compra de ações.

	<u>01/01/2019 a 31/12/2019</u>	<u>01/01/2018 a 31/12/2018</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	124.777	184.378
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em milhares)	314.945	311.817
(a) Ajuste por opções de compra de ações (em milhares)	19.902	19.902
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (em milhares)	334.847	331.719
Lucro diluído por ação – (em R\$)	0,37264	0,55583

d. Dividendos e Juros sobre o capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia o lucro líquido do exercício tem a seguinte destinação: (i) 5% para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; e (ii) no mínimo 25% do saldo remanescente ajustado na forma do art. 202 da Lei 6.404/76, para pagamento de dividendos obrigatórios.

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral que deliberou sobre os juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 177.450 (R\$ 0,5634330268 por ação) sobre as demonstrações financeiras do exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Segue a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Descrição	2019	2018
Data de aprovação	23/12/2019	21/12/2018
Data de pagamento	20/02/2020	28/02/2019
Juros sobre o capital próprio distribuído (a)	177.450	175.000
(-) Imposto de renda retido na fonte	<u>(26.425)</u>	<u>(26.061)</u>
Juros sobre o capital próprio líquido	<u>151.025</u>	<u>148.939</u>

- (a) Os dividendos mínimos obrigatórios já estão incluídos no Juros sobre o capital próprio distribuído.

24 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre a receita bruta, para fins fiscais, e a receita operacional líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita operacional por setor:				
Privadas nacionais	3.765.722	3.381.993	4.425.084	4.094.233
Privadas no exterior	-	-	87.836	-
Governamentais	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>212.768</u>	<u>175.334</u>
	3.765.722	3.381.993	4.725.688	4.269.567
Deduções:				
Impostos incidentes sobre o faturamento	(227.660)	(201.535)	(280.496)	(255.472)
Perda e provisões de glosas	(40.830)	(30.436)	(37.843)	(36.778)
Descontos comerciais	<u>(41.012)</u>	<u>(39.169)</u>	<u>(42.764)</u>	<u>(43.866)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.456.220</u>	<u>3.110.853</u>	<u>4.364.585</u>	<u>3.933.451</u>

A Companhia e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2019, a concentração dos cinco principais clientes era de 42% do total da receita (44% em 31 de dezembro de 2018).

25 Custo dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Custo com pessoal	(632.627)	(457.034)	(863.279)	(652.112)
Custo com material	(561.495)	(536.992)	(712.220)	(701.324)
Custo com serviços e utilidades	(714.631)	(839.317)	(851.672)	(987.233)
Custo com depreciações e amortizações	(293.180)	(142.619)	(309.167)	(155.870)
Gastos gerais	<u>(58.433)</u>	<u>(32.788)</u>	<u>(81.839)</u>	<u>(40.141)</u>
	<u>(2.260.366)</u>	<u>(2.008.750)</u>	<u>(2.818.177)</u>	<u>(2.536.680)</u>

26 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas com pessoal	(316.118)	(284.824)	(358.249)	(347.515)
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	(46.566)	(54.733)	(56.459)	(70.409)
Pagamento baseado em ações	(109.479)	(95.795)	(109.479)	(95.795)
Serviços e utilidades	(204.978)	(169.864)	(255.929)	(210.108)
Propaganda e publicidade	(43.286)	(37.321)	(45.585)	(41.394)
Despesas com transporte	(65.009)	(58.815)	(72.300)	(66.718)
Depreciações e amortizações	(132.289)	(94.561)	(157.859)	(103.934)
Impostos e taxas	(4.546)	(19.910)	(8.559)	(21.413)
(Provisões)/ reversão de provisões diversas	15.464	36.144	(2.038)	45.882
Outras	<u>(61.087)</u>	<u>(115.911)</u>	<u>(81.329)</u>	<u>(134.663)</u>
	<u>(967.894)</u>	<u>(895.590)</u>	<u>(1.147.786)</u>	<u>(1.046.067)</u>

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas financeiras				
Juros	(178.648)	(149.098)	(181.636)	(158.869)
Variações cambiais e monetárias passivas	(38.470)	(2.653)	(42.337)	(2.760)
Ajuste a valor presente - AVP	(5.834)	(11.419)	(5.834)	(11.419)
Arrendamento mercantil – IFRS 16	(91.130)	-	(91.744)	-
Outras	<u>(25.634)</u>	<u>(24.633)</u>	<u>(28.382)</u>	<u>(27.164)</u>
	(339.716)	(187.803)	(349.933)	(200.212)
Receitas financeiras				
Juros	46.774	35.257	62.773	47.561
Variações cambiais e monetárias ativas	20.954	358	26.843	406
Outras	<u>405</u>	<u>209</u>	<u>658</u>	<u>589</u>
	<u>68.133</u>	<u>35.824</u>	<u>90.274</u>	<u>48.556</u>
	<u>(271.583)</u>	<u>(151.979)</u>	<u>(259.659)</u>	<u>(151.656)</u>

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.340	151.807	138.619	194.031
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(32.076)	(51.614)	(47.130)	(65.971)
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	50.814	33.251	-	-
Juros sobre capital próprio	54.732	59.500	54.732	59.500
Despesas indedutíveis (i)	(4.168)	(2.160)	(474)	(2.332)
Outros ajustes				
Lucro presumido (ii)	-	-	(2.409)	5.107
Outros	(38.865)	(6.407)	(13.114)	(5.029)
	<u>30.437</u>	<u>32.571</u>	<u>(8.396)</u>	<u>(8.725)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(26.387)	-	(64.243)	(30.629)
Impostos diferidos	<u>56.824</u>	<u>32.571</u>	<u>55.847</u>	<u>21.904</u>
Total	<u>30.437</u>	<u>32.571</u>	<u>(8.396)</u>	<u>(8.725)</u>
Alíquota efetiva	<u>32%</u>	<u>21%</u>	<u>-6%</u>	<u>-4%</u>

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como: despesas com multas, doações, brindes e certas provisões;
- (ii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 8% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2019 e 2018 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balanco Patrimonial Controladora		Resultado
	31/12/19	31/12/18	Controladora 31/12/19
Prejuízo fiscal e base negativa	490.442	345.626	144.816
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	35.625	26.030	9.595
Provisão serviços médicos especializados	6.098	14.580	(8.482)
Provisões diversas	100.126	61.188	38.938
Provisões para obsolescência	3.540	3.152	388
Ajuste a valor presente - AVP	5.626	4.730	895
Provisão para contingências	27.406	28.392	(986)
Revisão da vida útil do imobilizado	24.385	17.993	6.392
Outros	682	547	135
Diferido na incorporação reversa de controlada	225.653	291.202	(65.549)
Amortização de ágio	(638.032)	(565.186)	(72.847)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(62.766)	(66.187)	3.421
Outros	(3.761)	(3.867)	106
Imposto de renda e contribuição social diferido	215.023	158.199	56.824
Variação patrimonial que não afeta resultado			
Imposto diferido s/prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT			315
			57.139
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:			
Ativo fiscal diferido	215.023	158.199	
	215.023	158.199	
Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2018	158.199		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	57.139		
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert	(315)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	215.023		

	Balço Patrimonial Consolidado		Resultado Consolidado
	31/12/19	31/12/18	31/12/19
Prejuízo fiscal e base negativa	490.560	354.766	135.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa por glosas, inadimplência e cheques devolvidos	43.716	30.361	13.355
Provisão serviços médicos especializados	6.098	14.580	(8.482)
Provisões diversas	100.411	61.357	39.053
Provisões para obsolescência	3.540	3.152	388
Ajuste a valor presente - AVP	5.626	4.730	895
Provisão para contingências	27.450	28.399	(949)
Revisão da vida útil do imobilizado	24.385	17.993	6.392
Outros	(5.546)	547	(6.093)
Diferido na incorporação reversa de controlada	225.653	291.202	(65.549)
Amortização de ágio	(638.663)	(573.458)	(65.205)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(64.055)	(67.559)	3.504
Outros	(3.761)	(6.502)	2.741
Imposto de renda e contribuição social diferido	215.413	159.566	55.847
Variação patrimonial que não afeta resultado			
Imposto diferido s/prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT			315
			56.162
Refletido no balanço patrimonial da seguinte maneira:			
Ativo fiscal diferido	224.385	169.095	
Passivo fiscal diferido	(8.972)	(9.529)	
	215.413	159.566	
Reconciliação do Ativo (Passivo) fiscal diferido			
Saldo de Abertura - 31 de dezembro de 2018	159.566		
Despesa de imposto reconhecida no resultado	56.162		
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert	(315)		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	215.413		

A Administração da Companhia considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

Com relação aos tributos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa consolidadas, a Administração estima recuperar os créditos tributários conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado
2021	13.522
2022	21.196
2023	26.517
2024	33.339
2025 em diante	395.986
	<u>490.560</u>

29 Instrumentos financeiros

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia gerencia os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia possui um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza

dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia uma posição atualizada da exposição da Companhia aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia estiver exposta, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia.

A Companhia gerencia o seu risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados em 31 de dezembro de 2019:

Consolidado	Vencimento				
Operação	2020	2021	2022 a 2023	2024 em diante	Total
Fornecedores	393.503	11.659	11.605	-	416.767
Empréstimos bancários e financiamentos	68.565	9.989	14.579	15.676	108.809
Debêntures	152.589	133.203	1.081.583	1.348.611	2.715.986
Impostos parcelados	4.994	2.356	3.145	6.037	16.532
Contas a pagar por aquisição de controladas	<u>104.111</u>	<u>210.005</u>	<u>17.190</u>	<u>72.424</u>	<u>403.730</u>
	<u>723.762</u>	<u>367.212</u>	<u>1.128.102</u>	<u>1.442.748</u>	<u>3.661.824</u>

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques.

A Companhia e suas subsidiárias estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. A Companhia possui ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos na controladora que representam 7,92% em 31 de dezembro de 2019 (9,09% em 31 de dezembro de 2018) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito, e no consolidado de 9,49% (10,52% em 31 de dezembro de 2018) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.662.605 (R\$ 1.442.959 em 31 de dezembro de 2018) referente ao caixa e equivalentes de caixa e o contas a receber.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

a. Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia classifica seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado.

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 850.651 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.055.368 em 31 de dezembro de 2018).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras consolidadas, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 41.484 em 31 de dezembro de 2019, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/19	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	892.145	CDI	40.147	30.110	20.073
			4,50%	3,38%	2,25%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas no consolidado, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/19	Risco (a)	Cenário I		
			(Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	5	CDI	122.412	153.015	183.618
Notas promissórias	56.978	CDI	2.565	3.207	3.848
			4,50%	5,63%	6,75%

(a) Taxa sujeita à variação

30 Partes relacionadas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia manteve transações com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a Companhia e empresas controladas

	Ativo circulante clientes		Passivo circulante – Outras contas a pagar		Receita de serviços		Custos dos serviços prestados	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CientificaLab (ii)	324	1.292	-	-	5.226	5.745	-	573
CERPE	0	-	-	-	-	2.172	-	-
Previlab	1045	525	-	-	6.467	6.112	-	-
Gaspar	148	237	-	-	2.047	3.224	-	-
Gilson Cidrim	-	-	-	-	-	1.107	-	-
Oswaldo Cruz	-	-	-	-	-	78	-	-
Leme	-	-	-	-	-	3.214	-	-
Vital Brasil	-	-	-	-	-	60	-	-
Salomão Zoppi	273	230	-	-	1.977	1.790	-	-
Santa Luzia	386	543	-	-	2.053	1.836	-	-
MOB	-	234	-	-	290	1.142	-	-
Deliberato	259	107	-	-	1.420	416	-	-
Padrão Ribeirão	12	9	-	-	160	10	-	-
Valeclin	388	4	-	-	1.280	5	-	-
Insitus	28	-	-	-	228	-	-	-
Ruggeri	-	-	-	-	392	-	-	-
São Camilo	118	-	-	-	686	-	-	-
Itulab	41	-	-	-	199	-	-	-
Dresch	172	-	-	-	157	-	-	-
CPCLIN	9	-	-	-	15	-	-	-
CRMI Petrópolis	-	-	75	72	-	-	1.030	773
DASA RE (i)	-	-	-	67	-	-	997	924
Insitus (ii)	-	-	-	-	-	-	-	14
	<u>3.203</u>	<u>3.181</u>	<u>75</u>	<u>139</u>	<u>22.597</u>	<u>20.410</u>	<u>2.027</u>	<u>2.284</u>

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Contratos de mútuos entre a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2019

A Companhia possui contrato de mútuo com as suas controladas no montante de: Santa Luzia R\$36.610 (R\$ 34.154 em 2018); Padrão Ribeirão R\$ 503; e DB Genética R\$ 1.372, com taxas remuneratórias de 120% do CDI.

c) Remuneração da administração

A remuneração total da administração foi de R\$ 18.556 no exercício de 2019 (R\$ 11.251 no exercício de 2018), incluindo a remuneração fixa e gratificações, sendo R\$ 3.456 no exercício de 2019 (R\$ 3.528 no exercício de 2018) para membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no exercício de 2019 e 3 membros no exercício de 2018), e de R\$ 15.110 no exercício de 2019 (R\$ 7.723 no exercício de 2018) para diretores estatutários (contou com 11 diretores estatutários no exercício de 2019 e 11 diretores no exercício de 2018). As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em ações estão divulgadas na Nota explicativa 22. Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

d) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade.

As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são:

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.

- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor médico executivo da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o

valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.

- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** Empresa para a qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica, bem como a Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus colaboradores, tem como acionistas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia, e também o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **Impar Serviços Hospitalares:** Empresa que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica, tem como acionistas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia, e também o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas, tem como acionista direto o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente e como acionistas indiretas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia.

- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, primo do Diretor Presidente, Sr. Pedro de Godoy Bueno.

- **Conexa Saúde Serviços Médicos Ltda.:** Empresa prestadora de serviços tem como controlador Fernando Domingues, filho do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia.

- **BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de locação de imóvel com a Companhia.

- **Seven Seas Partner - Saúde e Prevenção Ltda-ME:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços

- **EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda. - EPP:** Empresa prestadora dos serviços de coordenação dos elementos relacionados aos exames de neuroradiologia, que tem como controlador Sr. Leonardo Modesti Vedolin, diretor de produção dos serviços de radiologia e diagnósticos por imagem da Companhia.

- **VIDA - Posto de Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pela Dra. Natasha Shlessarenko Fraife Barreto, diretora médica da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

- **JNZ Participações.:** Empresa que mantém contrato de locação de imóveis com o Laboratório Médico Santa Luzia S/A. A JNZ tem como sócios: Alexandra Zunino, Daniela Zunino, Gisele Zunino, Marlene Zunino e Gabriel Zunino, que também são detentores de 49,99% da controlada da Companhia o Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

- **Nilton Cezar Zunino:** Empresa que presta serviços de informática a controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A, tem como sócio o Sr. Nilton Zunino, que também mantém participação na controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

- **Localiza Rent a Car S.A.:** Empresa que presta serviços de locação de carros a Companhia, tem como conselheiro o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **PHD Serviços De Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Danilo Rodrigues, esposo da Dra. Claudia Cohn, diretora da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

- **EDAN Serviços De Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Danilo Rodrigues, esposo da Dra. Claudia Cohn, diretora da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2019			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2018		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(16)	-	-	(16)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(31)	-	-	(31)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(9)	-	-	(6)	-
- A e C Consultores Ltda.	(23)	-	-	(24)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	134.328	-	(2.670)	118.240	-	(1.508)
- Impar Serviços Hospitalares	25.104	-	-	18.537	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.407)	-	-	(1.405)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	-	-	-	(152)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(168)	-	-	(162)	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(69)	-	-	(61)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(45)	-	-	(37)	-	-
- JNZ Participações S/A	-	(114)	-	-	(110)	-
- Localiza Rent a Car S.A.	(41)	-	-	-	-	-

(a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	Receitas / (Despesas) 31/12/2019			Receitas / (Despesas) 31/12/2018		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(256)	-	-	(255)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(373)	-	-	(369)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(96)	-	-	(78)	-
- A e C Consultores Ltda.	(379)	-	-	(430)	-	-
- Pesmed – Pesq. e Serv. Médicos Ltda.	(720)	-	-	(740)	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(2.378)	-	-	(2.164)	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(281)	-	-	(290)	-	-
- ECRD Serv. Médicos de Radiologia Ltda.	(3.033)	-	-	(2.574)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	740.036	-	(57.790)	722.951	-	(43.842)
- Ímpar Serviços Hospitalares	84.691	-	-	69.937	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(17.083)	-	-	(15.764)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(353)	-	-	(11.022)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(2.005)	-	-	(1.894)	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(833)	-	-	(819)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(553)	-	-	(370)	-	-
- Conexa Saúde Serviços Médicos Ltda.	(23)	-	-	-	-	-
- Alexandre de Barros Serv. Adm. Eireli ME	-	-	-	(400)	-	-
- JNZ Participações S/A	-	(1.332)	-	-	(1.220)	-
- Nilton Cezar Zunino	(75)	-	-	-	-	-
- Localiza Rent a Car S.A.	(647)	-	-	(105)	-	-
- PHD Serviços de Coleta Ltda.	(349)	-	-	(323)	-	-
- EDAN Serviços de Coleta Ltda.	(936)	-	-	(724)	-	-

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, o total de cobertura de seguros era de R\$ 345.895, sendo R\$ 50.000 para lucros cessantes e R\$ 295.895 para danos materiais.

32 Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em 7 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de aumento do capital social da Companhia a ser integralizado mediante a conferência da totalidade das ações de emissão da Ímpar Serviços Hospitalares S.A., empresa do segmento hospitalar do mesmo grupo econômico. A Operação foi aprovada pelos acionistas em assembleia geral convocada para o dia 22 de novembro de 2019. Após a homologação do aumento de capital, ocorrida em 23 de janeiro de 2020, a Ímpar passou a ser uma subsidiária integral da Companhia. A Operação visa facilitar e agilizar o desenvolvimento de novos negócios de ambas as partes, acelerar inovações tecnológicas e ofertas de serviços em modelo de remuneração diferenciados, bem como identificar oportunidades de melhor otimização de seus recursos, atendendo aos interesses de ambas as sociedades e seus acionistas

Aquisição de controlada – ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.

Em reunião do conselho de administração realizada em 17 de fevereiro de 2020, foi aprovada a aquisição de participação societária representativa de 100% do capital social da Allbrokers Brasil Corretora de Seguros Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A administração da Companhia avaliará se a aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da Companhia em assembleia geral.

Recebimento Auto de Infração

A Companhia recebeu, em 20 de fevereiro de 2020, duas multas de ofício decorrentes de processo de fiscalização de IRPJ dos exercícios de 2017 e 2018, onde o Fisco alega inexatidão nas declarações acessórias, decorrentes de inconsistências de preenchimento de ECF. Referidos autos têm valor total de R\$ 122 milhões e a Administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, entendem que o êxito na defesa de tais autos é possível com viés positivo, face à perspectiva de que a Companhia não deixou de cumprir tais obrigações legais acessórias e ainda contempla a correção de tais obrigações, sem que tal penalidade seja na integralidade aplicada.

* * * *

Carlos de Barros Jorge Neto
Diretor Geral

José Agote
Diretor Financeiro, Administrativo
e de Relações com Investidores

Tiago Garcia Moraes
Superintendente Administrativo Financeiro
CRC 1SP280542/O